



# Anais da Assembléia

N.º 109

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE SETEMBRO DE 1.979.

ANO V

## RESOLUÇÕES:

### RESOLUÇÃO N.º 176/79

DATA: 14 de setembro de 1.979.

SÚMULA: Aprova prestação de contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, (CABENFALE), referente à verba de Assistência Social recebida por aquela entidade, período janeiro a dezembro de 1.977.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único: Fica aprovada a prestação de contas referente à verba de Assistência Social, repassada pela Assembléia Legislativa para através da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — CABENFALE —, custear gastos com assistência médica, hospitalar, dentária e laboratorial aos associados daquela entidade, no período de janeiro a dezembro de 1.977.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/09/79

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

### RESOLUÇÃO N.º 172/79

DATA: 14 de setembro de 1.979.

SÚMULA: Regulamenta a concessão de Bolsas de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — A doação consignada no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado, destinada a TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS — APOIO FINANCEIRO A ESTUDANTES, será aplicada, por indicação dos Deputados, nos termos estabelecidos nesta resolução.

Art. 2.º — O postulante à Bolsa de Estudo enviará requerimento ao Deputado no qual deverá especificar o seguinte:

- a) - nome completo do estabelecimento de ensino, o qual deverá estar devidamente registrado no órgão competente;
- b) - nome completo do aluno, domicílio, filiação e características de sua documentação pessoal;
- c) - curso, grau, período e aproveitamento, se houver recebido, em exercício anterior, Bolsa de Estudo pela Assembléia Legislativa do Estado;
- d) - número do CIC do responsável pelo aluno;
- e) - valor da anuidade e das mensalidades, atestado por funcionário competente do estabelecimento de ensino;
- f) - comprovação de renda familiar e número de dependentes do responsável pelo aluno;
- g) - declaração de não estar postulando Bolsa de Estudo por outro órgão público;
- h) - assinatura do postulante e do seu responsável legal.

§ 1.º — Será concedida Bolsa de Estudo, desde que o resultado da divisão da renda familiar pelo número de dependentes seja igual ou inferior a 3 (três) valores de referência em vigor no início do exercício.

§ 2.º — Só poderão ser concedidas Bolsas de Estudo em estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná.

§ 3.º — Cada aluno somente poderá obter uma Bolsa de Estudo por exercício e poderá renová-la se comprovar pleno aproveitamento da anteriormente concedida pela Assembléia Legislativa do Estado.

§ 4.º — Não serão concedidas Bolsas de Estudo a alunos matriculados em estabelecimentos públicos de ensino, salvo em Escolas Agrícolas de nível profissionalizante.

Art. 3.º — As Bolsas de Estudo serão calculadas com base nos valores de referência em vigor no início de cada exercício, estipulando-se, no máximo, em:

a) — 2 (dois) valores de referência para os que cursam o primeiro grau.

b) — 3 (três) valores de referência para os que cursam o segundo grau.

Art. 4.º — É assegurado a cada Deputado destinar Bolsas de Estudo até o montante equivalente a 40 (quarenta) valores de referência.

Parágrafo único — Aos suplentes de Deputados convocados, caberão quotas proporcionais do exercício do mandato.

Art. 5.º — Os créditos destinados aos Deputados para atendimento da concessão de Bolsas de Estudo serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

§ 1.º — Será emitido empenho e autorização de pagamento através de Ordem Interna do Primeiro Secretário, em nome da Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais.

§ 2.º — A concessão de Bolsas de Estudo será processada por determinação do Deputado, anexando o requerimento previsto no art. 2.º, da presente resolução, devidamente protocolada, dirigida ao Departamento de Finanças.

§ 3.º — Não se poderá conceder Bolsa de Estudo por nenhuma outra dotação do Poder Legislativo, consignada à Assembléia Legislativa do Estado, nem mais de uma por exercício, a cada postulante.

§ 4.º — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancária aos Estabelecimentos de Ensino, sendo que a Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais remeterá um atestado para a comprovação da concessão da Bolsa de Estudo ao Deputado que a autorizou.

§ 5.º — As Bolsas de Estudo deverão ser requeridas e protocoladas até o dia 31 de agosto do exercício para o qual foram concedidas, cabendo à Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais após aquela data, providenciar as prestações de contas à Comissão de Tomada de Contas, a qual, aprovando-as, determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

§ 6.º — Os Deputados ficarão responsáveis pelas autorizações que emitirem por conta do crédito assegurado pelo artigo 4.º da presente resolução.

Art. 6.º — O requerimento previsto no artigo 2.º, com a autorização do Deputado deverão ser formulados em impressos padronizados, fornecidos pela Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais, do Departamento de Finanças.

Art. 7.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/09/79

FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 103.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 1.979**  
**QUARTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e José Tavares.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiñaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte:

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

**MENSAGEM N.º 102/79**

Curitiba, 13 de setembro de 1.979.

Senhor Presidente.

O Paraná, detentor de um expressivo potencial energético de variado matiz, pois inclui fontes hidráulicas, xisto, carvão mineral, álcool, madeira, urânio, tem se enquadrado, desde os primeiros momentos, na arregimentação nacional e mesmo internacional, no sentido da busca de formas alternativas de energia, principalmente as renováveis, que nos permitam atravessar a grave crise gerada pelo encarecimento cada vez maior do petróleo no mercado internacional.

Criamos para tanto, pelo Decreto n.º 961/79, o Conselho Estadual do Carvão e Fontes não Convencionais de energia, que tem como objetivo estudar e fixar normas relativas à utilização do carvão e fontes não convencionais de energia, a serem observadas pelos órgãos da administração pública estadual.

O Ministério das Minas e Energia, contudo, vem recomendando, a maior participação do setor de energia elétrica, em todas as Unidades da Federação, no esforço nacional, não só pela alta tecnológica já desenvolvida por tais empresas, como, igualmente, porque a utilização de uma estrutura já elaborada, voltada principalmente para o estudo e aproveitamento da espécie, possibilitaria, com menores gastos e maior velocidade de desempenho, ampliar suas atividades, abrangendo o gênero, ou seja, não só o aproveitamento da energia elétrica em si, mas de toda a energia.

Em outros Estados tais providências já foram ou estão sendo tomadas. No que tange especificamente ao Paraná, a COPEL já possui uma estrutura e tecnologia capazes de absorver comodamente os ônus de novos estudos e empreendimentos,

facilitando-se a integração de planos e atividades.

Mas, para que isto se torne possível é necessário, em cumprimento ao disposto no artigo 237, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1.976 — Lei de Sociedades Anônimas — alterar a Lei Estadual n.º 1.384, de 10 de novembro de 1.953, que autorizou a constituição da COPEL, a fim de dar-lhe condições para dedicar-se aos novos empreendimentos que temos em mira realizar.

Nestas condições, encaminho a Vossa Excelência o anteprojeto em anexo, alterando a mencionada lei estadual, na certeza de que, uma vez submetida a essa operosa Casa de Leis, merecerá integral aprovação por parte dos Senhores Deputados, pelo alto interesse que encerra, não só para o Estado, como igualmente para a conjuntura nacional, a par de colocar-nos em um alto estágio de proeminência tecnológica, abrindo-se-nos, paralelamente, uma apreciável fonte de recursos, dos quais tanto necessita o Paraná.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1.º — Fica acrescentado ao artigo 9.º, da Lei n.º 1.384, de 10 de novembro de 1.953, um parágrafo com a seguinte redação:

“Parágrafo único. A sociedade constituída na conformidade do presente artigo poderá, ainda, por si, ou por sociedade de que vier a participar:

- a) - pesquisar e estudar, dos pontos de vista técnico e econômico, quaisquer fontes de energia;
- b) - pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, a transformação, o transporte, o armazenamento, a distribuição e o comércio de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, de combustíveis e de matérias-primas energéticas;
- c) - estudar, planejar, projetar, construir e operar barragens e seus reservatórios, bem como outros empreendimentos, visando ao aproveitamento múltiplo das águas;
- d) - prestar serviços de informações e assistência técnica, quanto ao uso racional da energia, à iniciativas empresariais que visem a implantação e desenvolvimento de atividades econômicas de interesse para o desenvolvimento do Estado.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

**Ofícios:**

Sob os n.ºs 233, 234 e 235/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei números:

**96/79:**

Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir a Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná, — FIDEPAR — com personalidade jurídica de direito privado e vinculado à Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, o qual convertido em Lei tomou o número 7.189.— **Agradeça-se.**

**97/79:**

Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei autorizatório permitindo ao Poder Executivo abertura de crédito especial no montante de Cr\$ 895.000.000,00 (oitocentos e noventa e cinco milhões de cruzeiros), para atender despesas de pessoal, o qual convertido em Lei tomou o número 7.187.— **Agradeça-se.**

98/79:

Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dá nova redação ao Artigo 1.º, da Lei n.º 7.079, de 08/----- 08/01/79, no qual autoriza a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de cruzeiros), para atender despesas com o fundo de Previdência do Parlamentar — FEPPA —, o qual convertido em Lei tomou o número 7.188.— **Agradeça-se.**

Sob o n.º 575/79, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, encaminhando Relatório de serviços prestados pela Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, do Município de Maringá, referente ao mês de agosto do ano em curso, incluso também o Relatório do Centro de Saúde do Jardim Alvorada.— **Agradeça-se.**

Do Senhor Presidente da Comissão Comunitária nos seguintes termos: conhecedora do anteprojeto da nova CLT, especialmente de seu anexo XV que estabelece normas de remuneração aos Professores, a comunidade de Toledo - Paraná, representada por Escolas Particulares, Associações de Pais e Professores e Associação de Educadores, vem fazer um veemente apelo a Vossa Excelência, para que avalie com isenção as graves conseqüências que este trará ao nosso País, se aprovado como tal.— **Ao conhecimento da Casa.**

**Requerimentos:****REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplauso à BANDA MARCIAL DO COLÉGIO BOM JESUS pelas brilhantes conquistas dos títulos de "Campeã Municipal" e "Campeã Estadual de 1.979".

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.979.

(a) MÁRIO CELSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Sob a coordenação do Professor João Baptista Bley Pereira, a Banda Marcial do Colégio Bom Jesus vem demonstrando a ótima qualidade musical dos estudantes do Paraná, representando de forma brilhante o nosso Estado em competições nacionais.

Recentemente conquistou o título de "Vice-Campeã do Brasil", além de conseguir outros feitos importantes em São Paulo e também na Cidade paraguaia de Assunção.

Integrada por 66 elementos (estudantes) a Banda Marcial foi considerada a segunda melhor de nosso País, concorrendo com mais de 60 outras Bandas.

Agora, quando acaba de conquistar mais dois sucessos, com os títulos de "Campeã Municipal de 1.979" e "Campeã Estadual de 1.979", merece o nosso aplauso.

Amanhã, no auditório da Assembléia Legislativa os responsáveis pela Banda Marcial do Colégio Bom Jesus estarão recebendo os troféus correspondentes às vitórias conquistadas.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um VOTO DE SOLIDARIEDADE ao movimento de paralização de aulas iniciado hoje pelos alunos do CURSO DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.979

(a) NILSO SQUAREZI.

**JUSTIFICATIVA:**

Este movimento, de caráter absolutamente reivindicatório, teve início no começo deste ano quando os alunos do

referido curso, notando-se desprovidos das mínimas condições materiais para um aproveitamento razoável, encaminharam à Reitoria, à Coordenação do Curso e ao Ministério da Educação e Cultura, 17 reivindicações.

Todas elas, Senhor Presidente, aceitas como imprescindíveis em qualquer curso de Comunicação Social do País.

Diante do descaso e conseqüente silêncio por parte das autoridades competentes, estes alunos fizeram duas Assembléias Gerais, onde a coordenação participou e afirmou que brevemente iria sanar as deficiências levantadas.

Agora, já no final do ano letivo de 1.979, os alunos, descrentes e com os canais regulares integralmente fechados, sentiram-se que lhes restavam duas alternativas: o silêncio ou a paralização das aulas, naquele com a perspectiva única de absoluta subserviência à má direção e coordenação do referido curso.

A atitude tomada por esses alunos reflete a consciência política e social desses, voltada à responsabilidade e ao interesse de obter uma cultura não paliativa, caótica e nefasta, como a revolução tem imposto aos estudantes universitários deste País.

**REQUERIMENTO**

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições locais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de voto de solidariedade e apoio aos integrantes do núcleo de formação pró-comitê de defesa da Amazônia a ser criado em nosso Estado, e a todos os brasileiros integrados na defesa da Amazônia, pela passagem hoje, do Dia Nacional de Luta pela Defesa da Amazônia.

Nesta oportunidade, convida a todos os Parlamentares para assistirem a reunião a ser realizada logo mais às vinte horas, na sede da Associação dos Professores do Paraná, na Rua Voluntários da Pátria, 475, Edifício Asa, 14.º andar.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.979.

(a) GERNOTE KIRINUS.

**JUSTIFICATIVA:**

Queremos, nesta oportunidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, expressar nosso apoio e a nossa integração a este núcleo de formação em defesa da Amazônia, bandeira adotada pela União Nacional dos Estudantes, a qual está coordenando a formação dos comitês em todo o Brasil, juntamente com o apoio de antropólogos, políticos, religiosos e entidades diversas, que têm denunciado a devastação da floresta Amazônica.

Já existem vários núcleos de defesa, inclusive comitês em São Paulo e na Bahia.

O Boletim Informativo n.º 1, do Comitê de Defesa da Amazônia da Bahia, do mês de julho deste ano, informa que a partir da denúncia ocorrida em dezembro de 1.978, da assinatura de "Contratos de Risco" para a exploração da madeira na Amazônia, ocorreram em várias partes do País, manifestações contrárias ao que vem acontecendo criminosamente com as riquezas daquela região.

Em Salvador foi realizado um Seminário sobre a questão da Amazônia, promovido pelo Movimento Bandeirante e grupo de Ecologia da Universidade Federal da Bahia, que resultou na criação de um Comitê de Defesa, passando a desenvolver uma série de atividades, com apoio de várias entidades.

A Empresa Jari Florestal e Agropecuária Ltda, cuja área registrada oficialmente é de 1.600.000 hectares, solicitou ao INCRA a regularização de 3.654.000 hectares. Há alguns meses o jornal MOVIMENTO, publicou que a área do Projeto Jari era de 6.000.000 de hectares-maior que a área de 54 países.

Denunciou-se, porém, em reunião realizada no mês de junho deste ano, que, na realidade, essa mesma área de terras ultrapassa os 8.000.000 de hectares, segundo técnicos do

INCRA.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é preciso que o povo brasileiro tome conhecimento mais profundo desta realidade cruel: o proprietário desta vasta área de terras denominada "Projeto Jari", chama-se Daniel Ludwig, norte americano de nascimento, com idade aproximada de 82 anos, mais ainda, que após a sua morte, o projeto todo, será entregue a uma Fundação Suíça denominada: Instituto Ludwig de Prevenção ao Câncer. Portanto, aquela área de terras praticamente não é mais brasileira. É e será estrangeira.

Em declaração à Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados, o Ministro da Marinha afirmou que não viu qualquer devastação à natureza ou perigo à soberania nacional, mostrando-se entusiasmado com o Projeto Jari.

A luta em defesa da floresta amazônica continua. E podemos ainda informar que Dom Alano Pena, Bispo de Marabá (PA), recebeu a visita, segundo o Boletim informativo de junho deste ano, do Comitê de Defesa da Bahia — uma reunião comunitária, de um homem que confessou ter sido contratado para matá-lo, a mando de uma das grandes empresas daquela região. Enquanto isso, o Senador Benedito Ferreira da ARENA de Goiás — membro da CPI sobre a Amazônia, criticou a atuação dos Bispos, nas denúncias de devastação da região, chamando-os de "padrecos progressistas" criticando ainda a campanha da CNBB, "Preserve o que é de Todos".

Enquanto os grandes monopólios comandarem a economia brasileira e a exploração dos recursos naturais da Amazônia, entende-se que a soberania nacional, a ecologia e as condições de vida da população estarão necessária e obrigatoriamente ameaçadas. O Movimento de Defesa da Amazônia julga ser possível e necessário barrar as medidas governamentais que visam reforçar ainda mais as características nefastas do atual processo de ocupação da região. Isso sem se afastar no plano geral, da luta pela completa reformulação da política de utilização dos recursos da Amazônia, de modo a colocá-la a serviço do povo brasileiro.

Ontem ainda, foi apresentada moção na Assembléia Legislativa de São Paulo, pelo Deputado Mauro Bragato do MDB — solicitando que o Governo Federal encampe o Projeto Jari. Segundo os termos da moção, diante das enormes facilidades concedidas ao Projeto Jari, como isenção de todos os impostos, liberdade para importação de toda a sorte de equipamentos e diante do alto perigo que ele representa à integridade do território nacional, o governo deve encampar imediatamente a área.

Nas justificativas para a medida, o parlamentar opositorista aponta a necessidade de o governo traçar uma política de ocupação da Amazônia discutida e aprovada pela ampla maioria do povo brasileiro. Isto porque se trata de "patrimônio nacional, cobiçado pelas grandes empresas internacionais que irão dilapidá-lo em benefício próprio e contra os reais interesses do povo brasileiro.

É necessário, portanto, a conscientização do povo brasileiro, para que juntos através dos comitês de defesa da Amazônia, consigamos o cancelamento dessa e de tantas outras vergonhosas e revoltantes concessões. Esta afirmação é feita pelo desenvolvimento da Amazônia, contando com o nosso apoio e solidariedade: não aos contratos de risco — não ao projeto Jari. É preciso a ação e a defesa de uma de nossas maiores riquezas, a Floresta Amazônica, que está sendo roubada de maneira intencional, sob as vistas complacentes daqueles que deveriam resguardar a soberania do Brasil.

Solicito envio de cópia ao Núcleo de Formação pró comitê de defesa da Amazônia em Curitiba; ao Comitê da Bahia e de São Paulo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Ex.<sup>a</sup>, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Edson Machado de Souza, apelando para que o mesmo crie e instale definitivamente o ensino de 2º Grau nos Distritos de Campo Mourão, que são Luiziana, Piquirivaí e Farol.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

#### JUSTIFICATIVA

Os Distritos de Campo Mourão que há muito necessitam do ensino de 2º grau, devido à distância que separa os mesmos de sua sede, o que causa a paralização de estudos de muitos jovens por motivos econômicos, dado que a grande quantidade dos mesmos são lavradores e portanto, de baixa renda.

Daí a nossa solicitação, vindo reforçar outros pedidos já efetuados à Secretaria da Educação, para solver esse importante problema, pois a população dos mesmos já se encontra apreensiva com a paralização dos estudos de seus filhos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário e tendo em vista a publicação da Lei n.º 7.197, de 13 do corrente, que denomina Olívio Belich e estrada Pr 427 - trecho BR-287 à sede no Município de Porto Amazonas, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 15/77, que versa sobre idêntica matéria, e com parecer pelo arquivamento, da C.C.J.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1.979.

(a) DENI SCHWARTZ.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e tendo em vista a publicação da Lei n.º 7.159, no Diário Oficial n.º 566, de 11/06/79, que cria o Distrito Administrativo de São José no Município de Santa Helena, o arquivamento do Projeto de Lei n.º 89/78, que versa sobre idêntica matéria.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.979.

(a) EGON PUDELL.

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 136/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominada "Deputado Sílvia Barros" a Rodovia PR-317, trecho Maringá - Santo Inácio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1.979

(a) ANTÔNIO FACCI.

Apoio: Erondy Silvério, Waldyr Pugliesi, Mário Celso, Fiori Luiz, José Tavares, Renato Bernardi, Nestor Baptista, José Domingos Scarpelini, Tadeu Lúcio Machado, Nelton Friedrich, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Nilso Squarezi, Deni Schwartz, Del Ciel, Gernote Kirinus.

#### JUSTIFICATIVA:

Sílvia Magalhães Barros foi um dos homens públicos de maior atuação nestes últimos vinte e cinco anos da história política e administrativa do nosso Estado.

Identificado com a própria terra em que viveu, foi Vereador, por duas Legislaturas, Deputado Estadual e Federal e, fi-

nalmente, Prefeito Municipal de Maringá.

No desempenho do seu mandato de Vereador, durante oito anos, na Câmara Municipal de Maringá, quando a cidade iniciava uma fase de crescimento vertiginoso, soube desempenhar as suas funções com dedicação e amor à causa pública, contribuindo para dotar a cidade de uma infraestrutura sólida e transformá-la num grande polo regional de desenvolvimento econômico e cultural.

No desempenho do seu mandato de Deputado Estadual, teve uma atuação destacada pela capacidade de trabalho e de liderança, ao lado da sua exemplar conduta de Parlamentar, que o fez credor do respeito e admiração dos seus Pares, elegendo-o para a direção da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Foi nessa época que Sílvia Barros se revelou não somente um defensor aguerrido dos anseios da gente do Município de Maringá, mas de toda região do Norte Novo, incluindo no Orçamento do Estado, verbas necessárias para a construção de estradas, principalmente o trecho Maringá - Iguaraçu - Santa Fé - Santo Inácio.

Na Câmara Federal, jamais fugiu da luta quando os interesses de seu Estado, da sua cidade e sua terra exigiam decisões firmes, independentes e imediatas. Jamais se omitiu quando convocado para lutar e defender os interesses da comunidade, e isto o fez todos os momentos e em todo o tempo que exerceu o seu mandato federal.

Enfim, como Prefeito de Maringá, asfaltou avenidas e ruas, incentivou a educação e o ensino, dotou os bairros de unidades escolares modernas, incentivou o esporte construindo um grande Estádio, dotou a cidade de galerias pluviais e de todas as melhorias que transformaram a cidade numa verdadeira metrópole e num grande polo econômico, financeiro, cultural, turístico e desportivo.

Para a construção e asfaltamento da Rodovia PR-317, Sílvia Barros foi incansável, pois essa estrada é de importância vital, beneficiando diversos municípios como Iguaraçu, Santa Fé, Santo Inácio e tantos outros daquela região do Norte Novo paranaense.

A denominação "Deputado Sílvia Barros" à Rodovia PR-317, é uma homenagem justa que se presta a um homem que dedicou grande parte de sua vida à causa pública, especialmente com sua atenção voltada para os interesses da região que a referida rodovia serve, pois, como Deputado Estadual, foi Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Membro da Comissão de Finanças, criando recursos para a concretização daquele tronco rodoviário.

**O SR. PRESIDENTE — (Está finda a leitura do Expediente.**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito.

**O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

Para que fique registrado nos Anais desta Casa, passo a ler o manifesto do "Comitê Brasileiro pela Anistia Seccão de Curitiba", emitido no dia 17 deste mês, pelo Sr. Antônio Narciso Pires de Oliveira, Presidente do mesmo, sobre a violação dos direitos políticos no Paraguai, ao qual passo a ler na íntegra: (Lê): "Há 25 anos que o povo paraguaio está submetido a um regime político de ditadura militar.

Durante todos esses anos, as lideranças políticas e sociais paraguaias, têm sido perseguidas e reprimidas, enquanto o povo vive uma das situações mais dramáticas do continente: a fome, o desemprego, a exploração econômica do trabalho e a privação dos direitos civis transformaram os trabalhadores do Paraguai em mão-de-obra semi-escrava, para as grandes empresas e donatários das concessões econômicas da ditadura.

Um povo que teve uma civilização progressista no Século XIX, e que influenciou os demais Estados do Cone Sul em seu progresso de independência econômica e social, está hoje redu-

zido a condições sociais e políticas de semi-escravidão. Metade de sua população vive fora do País, escoraçada pela perseguição policial-política; a grande maioria de suas lideranças encontra-se asilada no Brasil, Argentina e Bolívia.

Agora, a ditadura do Paraguai, que tem no General Alfredo Stroessner a sua cabeça, atrai para viver naquele País a famigerada figura política de Anastácio Somoza, que certamente poderá compartilhar com os homiziados nazistas um clima político de festa do caudilhismo mais reacionário da América Latina, assentado sobre os ombros do nobre povo paraguaio.

Ao mesmo tempo essa ditadura investe contra uma das lideranças políticas, o ex-Deputado Domingo Laino, do Partido Liberal Radical Autêntico, prendendo-o sem formação de culpa e sem processo regular.

O Comitê Brasileiro pela Anistia - Curitiba, vem juntar sua voz de protesto contra mais este ato nefando da ditadura paraguaia e concita a todos os brasileiros a manifestarem seu repúdio contra mais esta violência contra os direitos políticos no Paraguai".

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE —** Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Domingos.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.**

Ocupamos a tribuna, nesta tarde, para registrar o recebimento de uma carta que traz uma série de considerações a respeito dos concursos realizados na área da Segurança Pública.

E em parte desta correspondência, anotamos o seguinte.

(Lê): "Os concursados, a partir da inscrição, enfrentaram filas, cumpriram exigências para realização do concurso; executaram provas em lugares e horários diferentes, geralmente em dias úteis, ocasionando dispêndio para locomoção e dificuldades na dispensa de suas ocupações, a fim de efetuarem as provas.

Agora, já se passaram vários meses, um ano e meio aproximadamente, e os elementos que conseguiram suas aprovações, estão aguardando a nomeação, nomeação esta que está gerando uma expectativa enorme, uma aflição para muitas famílias, pois um clima de espera, de angústia, já foi desencadeado e notadamente em torno de cada concursado está uma família, e atrás de cada família está uma comunidade.

Outrossim, vendo a situação também em outro ângulo, podemos afirmar que os órgãos responsáveis por este concurso, tiveram despesas e acúmulo de trabalhos.

Houve uma mobilização de pessoal para aplicação e orientação das provas. Obviamente, o Estado gastou recursos para promover este concurso, e, portanto, se existem vagas no quadro da Polícia Civil, houve dispêndio do Estado e dos concursados mutuamente, para se chegar até a homologação dos aprovados nas diversas carreiras policiais, nossa população clama por uma maior segurança, em face do aumento da criminalidade, que hora desencadeia em nosso Estado.

Sabemos que uma das providências para se combater o crime está no aumento "aliás, no preenchimento das vagas existentes" no quadro da Polícia Civil, e seguramente a Polícia tem o pessoal triado em concurso para isso. Ora, o que é que está faltando para a nomeação desses pessoas?"

E ainda, outras considerações são expostas nesta carta. "Sr. Presidente, Srs. Deputados, os que assinam essa missiva, concursados, expõem de forma cristalina, a situação que realmente ocorre no setor da Segurança Pública do Estado do Paraná, e de cujo assunto já nos manifestamos por diversas vezes, e por diversas vezes merecemos a atenção da imprensa, dos profissionais credenciados junto a este Poder Legislativo.

Nossa população, realmente clama por uma maior segurança, em face do aumento de criminalidade que ocorre em todo o Paraná, principalmente nos maiores centros urbanos, onde há

a maior incidência de conflitos de toda ordem, e para onde convergem desocupados de toda parte, ansiosos por se manterem no anonimato.

Não importa aqui discutirmos se esta situação é reflexo de um "status quo", econômico e social do País ou do mundo. O aumento da criminalidade é uma realidade que está sendo aceita e combatida pelos meios, pelas condições que são oferecidas pelo desempenho material e humano em poder das autoridades da Segurança Pública.

Sabemos que estas nossas autoridades estão empenhadas em dotar a área de melhores recursos humanos e materiais exigíveis e exigidos pelas circunstâncias. Por várias vezes reclamamos dessas autoridades e até mesmo do Sr. Governador Ney Braga, a homologação, a nomeação dos concursados na área de segurança pública, porque sabíamos que estava havendo preocupação. Ainda mais, porque conhecemos a sensibilidade de nossas autoridades, principalmente do Sr. Governador e do Sr. Secretário da Segurança, e os nossos apelos em nome da população foram ouvidos, porque estamos tomando conhecimento que deverão ocorrer hoje, ao final da tarde, em despacho com o Sr. Secretário da Segurança Pública e o Sr. Governador, as nomeações de mais quarenta e nove Delegados de Polícia e cento e sessenta e sete escrivães e agentes.

E, numa segunda etapa, deverão ser nomeados os peritos criminais. Acreditamos que a ampliação dos quadros da Segurança Pública vai propiciar o melhor desenvolvimento dos trabalhos de nossa Polícia Civil, garantindo uma melhor segurança à nossa comunidade tão carente nos últimos tempos, da prestação desse tipo de serviço".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. José Mallucelli França, Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, bem como do Sr. Wilson Compac.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Já foi comercializada, industrializada e exportada a soja do Paraná. A maior safra brasileira, num total de quatro milhões de tolenadas de soja foi industrializada, gerando lucros fabulosos.

Grande parte dessa soja industrializada destinou-se à exportação, através das grandes empresas multinacionais SANBRA e ANDERSON CLAYTON. A Cargill e a Neva, como outras, também participantes desse verdadeiro mutirão da associação das multinacionais, com a tecnoburocracia oficial brasileira.

As exportações de óleo são subsidiadas, porque, segundo os técnicos do Governo, precisamos exportar para conseguir mais divisas: depois do "plante que o Governo garante", surge mais intensamente o "exporte que o João garante".

É muito verdade que as expressões "o Brasil precisa exportar para garantir divisas e apoiar seu programa de desenvolvimento", não dizem se por "Brasil" se pode entender o Governo e sua política econômica subordinada aos grandes monopólios, e aos agentes intermediários que estão no Governo, ou se "Brasil" dos tecnoburocratas cabem os brasileiros.

Esta é uma grande dificuldade política para milhões de brasileiros: esclarecer que o Brasil dos tecnoburocratas e das multinacionais não é o Brasil dos brasileiros. E que toda essa festividade dos programas de moral e civismo não passa de uma impostura política criada pela ditadura para fazer a lavagem cerebral dos brasileiros e aparecer como defensora dos interesses nacionais.

Enquanto a soja paranaense foi exportada, na maior parte sem impostos, ou com custos de exportação subsidiados, a soja está faltando na mesa do brasileiro. A soja está faltando na alimentação dos brasileiros; aumentou o preço e está sendo vendida misturada com outros óleos.

O Paraná não pode contar com receitas de óleo comercializado, porque a grande parte foi exportada. O Governo Federal oferece este prêmio às multinacionais, e o Estado deixa de arrecadar recursos oriundos do seu principal produto de exportação. Perde o Estado, perde a alimentação popular, ganham as multinacionais; esta é a matemática do "exporte que o João garante".

Para pressionar no sentido de aumentar os preços internos, as companhias moageiras de soja e outros grãos resolveram adicionar cerca de dez por cento de outros óleos - amendoim, caroço de algodão, etc., ao óleo de soja que compraram fartamente em Mato Grosso e em São Paulo, ou no oeste catarinense. Então, o preço do óleo de soja misturado com caroço de algodão, em dez por cento, passou a Cr\$ 41,70 o litro. É interessante que as indústrias de óleos comestíveis já conseguiram fazer o litro de 900 gramas vigorar, de forma que o povo hoje calcula o seu litro com 100 gramas menos.

O País tem que adotar medidas para assegurar a alimentação básica de seu povo. Mas nenhum programa de alimentação popular deve ser construído oferecendo às multinacionais, oportunidade para especular nos mercados interno e externo, mesmo socorrendo-se dos recursos públicos federais, que representam contribuição do trabalho do povo.

O Estado do Paraná deve lutar para acabar com esse absurdo que justifica os programas de exportação pelos interesses das multinacionais. Porque o que estamos vendo neste País é que as empresas monopolistas passaram a ser vistas como agentes do próprio Estado: isto é, fazem o comércio, fazem a indústria, fazem os programas nacionais sociais, culturais e, quem sabe, políticos.

A grande contradição brasileira é que o que é bom para as multinacionais, não é bom para o povo brasileiro. Pode ser ótimo para o grupo de tecnocratas e seus sistemas de segurança e econômico. Mas, com toda a certeza provada, não é bom para o povo brasileiro.

O caso do café solúvel está aí a servir de exemplo: somente nesta área de comércio, o Estado do Paraná deverá ter no Orçamento do próximo ano, cerca de Cr\$ 400.000.000,00, oriundos da tributação ao comércio do café solúvel.

No caso da soja, deverá ocorrer uma luta entre os interesses nacionais e os trans-nacionais, através do povo e seus representantes, contra a tecnoburocracia do Governo, para que não importe o óleo, a preços internacionais, para dar comida aos brasileiros.

Chega de uma ditadura econômica, política e burocrática, que só agrava a situação dos brasileiros.

E está na hora de cobrar quem está do lado do povo brasileiro, para livrá-lo desses perigosos grupos monopolistas que continuam a agravar a sua situação de vida".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Observando atentamente os noticiários dos últimos dias, constatamos que o Paraná, por suas autoridades situacionistas, recebe maravilhado a notícia que o Governo Federal resolveu finalmente construir a denominada "Ferrovia da Soja". Todos sabem, que esta é uma reivindicação antiga do povo paranaense, pois seu traçado, ligando o corredor de exportação para Paranaguá, e região produtora do Oeste e Sudoeste do Estado, muito beneficiará a nossa economia.

A construção da referida ferrovia, prometida para dentro de três anos, absorverá, naturalmente, vultuosa importância em verbas governamentais que, no entanto, não representa sequer o mínimo que a região beneficiada tem direito, comparada a sua participação no cenário produtor de nosso País. Mas, enfim, é uma conquista.



No entanto, não encontramos por parte dos detentores do poder em nosso Estado, nenhuma reivindicação maior no que respeita a ferrovias para outras regiões paranaenses, tão importante quanto a agora beneficiada. Assim é que, nem mesmo aproveitando a disposição do Governo Federal que parte, embora tardiamente, para o transporte alternativo das ferrovias, não vimos qualquer alusão das autoridades do setor, à construção do ramal ferroviário Maringá x Campo Mourão, cujo estudo sócio-econômico por mais de uma vez, foi enviado ao Ministério dos Transportes pela COAMO, pelos clubes de serviços, firmado por Prefeitos, Vereadores, líderes empresariais, enfim, por todas as forças vivas regionais, que muito têm contribuído pela grandeza de nosso Estado e de nosso País.

Porque também, nenhuma notícia é veiculada, no que respeita à continuação da ferrovia Cianorte x Guaíra, que nada mais é que a continuidade da linha Ourinhos x Londrina x Maringá x Cianorte, cuja importância econômica é desnecessário lembrar aos Srs. Deputados, por tratar-se de região tradicionalmente produtiva, contribuindo substancialmente para que nosso Estado possa apresentar-se como o maior produtor de alimentos do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É verdade que o Nordeste do Brasil apresenta-se como região carente das atenções governamentais, mas, se compararmos os recursos destinados tradicionalmente à SUDENE, órgão do Ministério do Interior, para atender a população nordestina, com as migalhas recebidas por nosso Estado, teremos inevitavelmente que concluir que seus representantes na esfera federal, estão realmente melhor posicionados que os nossos.

Senão, vejamos: enquanto nos satisfazemos com a construção de uma ferrovia, objeto de tantas e tantas lutas, o Nordeste recebe "Luz Verde" para desenvolvimento de programas, ambiciosos até, segundo informações veiculadas pelo próprio Ministro do Interior.

Será, Sr. Presidente, que não está na hora de deixarmos de nos apresentar ao Brasil como os "primos ricos" e desenvolvermos um trabalho realmente sério em busca de recursos e obras federais para o nosso Estado?

Todos estão lembrados, que até mesmo rodovias anteriormente constantes dos planos rodoviários federais, foram pavimentadas com recursos estaduais, que cedemos grandes áreas de terras, das mais férteis e produtivas de todo o mundo, para a construção de usinas hidrelétricas; que o Paraná destaca-se como o Estado que mais reage às intempéries, muito mais pelo dinamismo de sua gente, que pela presença dos órgãos estatais através de incentivos, objetivos e direcionados, porque então, nos alegrarmos e dizer que está tudo bem, apenas pela conquista de uma ferrovia, quando esta conquista não representa realmente a retribuição pela decisiva contribuição paranaense à economia nacional?

Aí está a rede de escolas de ensino superior, totalmente mantida com recursos de nossa juventude, também a reclamar a atenção de nossos governantes.

Sem nos alongarmos, fica apenas o registro da necessidade imperiosa da presença efetiva das autoridades, na busca de recursos federais para o nosso Estado, pelo menos como retribuição à gente paranaense, pelo muito que representa para o Brasil, nossa produção, principalmente a agropecuária."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Lê):

"Ocupo a tribuna desta Assembléia Legislativa para registrar o II Encontro dos Presidentes e Líderes de Câmaras e Líderes de Bancadas do Paraná, que ora se realiza em Caiobá. Este encontro realiza-se num momento dos mais expressivos

para a vida político-partidária da Nação, quando entra em debate a reforma dos partidos. Realiza-se ainda, numa hora em que se estuda uma nova vida para o municipalismo brasileiro, que atravessa momentos pouco alvissareiros.

O registro especial que desejava fazer nesta tarde, é o fato que a entidade que congrega as Câmaras de Vereadores - ACAMPAR, agraciou na abertura dos trabalhos, com o Título de Cidadão Benemérito, o Deputado Arnaldo Busato.

Tiveram uma idéia feliz os dirigentes da ACAMPAR ao outorgar a honraria a um dos homens que soube oferecer ao Estado, trabalho, dedicação e amor. Em todos os cargos que ocupou até a presente data, mesmo com problemas de saúde, sempre soube transmitir otimismo, sempre soube vencer os obstáculos e trabalhar pelo Paraná.

O título que os líderes municipalistas conferiram ao Deputado Arnaldo Busato, ele já o detinha de fato. Seu devotamento ao homem do interior, quer no terreno da saúde, quer na defesa do municipalismo, sempre caracterizaram sua vida pública. Desde os dias em que era Deputado Estadual, ou Secretário de Estado, ou agora como Deputado Federal, jamais esqueceu do homem do interior e do Vereador.

Foi com suma honra que este Deputado representou o Deputado Arnaldo Busato na entrega de mais este título, em sua brilhante trajetória política, uma vez que ele não pode estar pessoalmente naquela solenidade de abertura.

Este registro, do nobre gesto da ACAMPAR, significa mais do que um tributo ao homem público que devota a sua vida ao municipalismo, mas sim, uma gratidão e reconhecimento do Paraná a quem conquistou o lauréu com trabalho, dedicação e sacrifício.

Significa ainda, a vitalidade de uma Associação que busca aprimoramento, que busca com suas idéias, com debates, contribuir para o aprimoramento do nosso sistema político.

Fazemos votos que os líderes reunidos em Caiobá possam trazer valiosos subsídios para o nosso municipalismo, nesta hora crucial que atravessa e que possamos encontrar homens públicos como Arnaldo Busato, agora homem público do Paraná, benemérito, a defenderem a causa do municipalismo.

Este é o registro que desejava deixar nos Anais desta Casa, pois a lembrança foi das mais felizes e das mais justas que se prestou a um político e administrador."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Quinze anos depois de deflagrar o Movimento de 31 de fevereiro na República das Laranjeiras, seus dirigentes reconheceram que, ao enveredarem por um truculento regime de força, acabaram metendo os pés pelas mãos, e agora tratam de rever seus planos, para não perderem o Poder.

Já na vizinha República brasileira, parece, pelo que se depreende das declarações de alguns líderes que, a situação é bem diferente: o processo de abertura vem como decorrência do elevado espírito democrático que norteou o Movimento de 31 de Março. Bem verdade que a abertura vai chegando com um pequenino atraso de quinze anos, mas, tentem compreender, infelizmente, o Movimento constatou que o País não estava preparado para a Democracia. Assim, seus dirigentes, mesmo a contra-gosto, resolveram fazer um longo estágio na ditadura, para melhor desenvolver as aptidões democráticas do povo vizinho.

Não pensem, portanto, que o esforço da vizinha República para ingressar na pré-história da democracia, faz parte de uma grande jogada que visa, única e exclusivamente, a manutenção do Poder. Nem de longe. Seus dirigentes, ao curso desses quinze anos, não têm feito outra coisa que não reiterar diuturnamente, suas convicções democráticas, sejam absolutas ou relativas.

Se a República ao lado não vive hoje o exercício pleno da democracia, quero crer que o maior culpado é o povo. A jogada, a verdadeira jogada está em curso aqui na República das Laranjeiras.

Pouco antes da posse do Alferes Arimatheia, os revolucionários de fevereiro reuniram-se para fazer um balanço das condições políticas, econômicas e sociais do País. O resultado não foi dos mais animadores. Constatou-se que, após quinze anos de Revolução, Laranjeiras estava metida numa crise sem precedentes na sua História: os problemas básicos do povo (alimentação, saúde, moradia e educação), continuavam problemas básicos do povo; a agricultura muito conservada permanecia com o mesmo aspecto de 63; a renda nacional vivia mais concentrada que a Seleção Argentina; a inflação galopava no cavalo de São Jorge; a dívida externa estava apta a ganhar medalha de ouro em qualquer olimpíada de endividamento; a dependência do dinheiro estrangeiro jamais permitiria que D. Pedro desse um berro como aquele de 1.822; a indústria nacional desalojada pelas multinacionais e estatais, estava de mudança para uma quitinete; em consequência disso (e de outros problemas que não convém citar), as bases de sustentação começaram a encolher, encolher, e houve um tempo que o Poder em Laranjeiras equilibrava-se praticamente em cima dos fuzis.

Diante do quadro, os revolucionários interrogavam-se sem saber o que dizer. Nenhum deles poderia imaginar em 64, que quinze anos depois o País estivesse atolado em tantos desacertos.

Onde foi que nós erramos? — Não sei. Prá mim, tínhamos feito tudo certinho, como manda o figurino. Acabamos com os partidos, acabamos com a subversão, acabamos com as greves, colocamos Laranjeiras em ordem, demos-lhe segurança, tranqüilidade, caderneta de poupança. Que mais um País pode desejar para crescer?

O ambiente era tenso. Um revolucionário da primeira hora, ergueu-se e procurou uma justificativa:

— Creio que pagamos pela nossa inexperiência. Afinal, em 64 foi a primeira vez que tomamos o Poder. Ninguém é perfeito. Reconheço que cometemos erros, erros de princípios...

— Isso não interessa. — Bradou Arimatheia, — não vamos dizer a ninguém que cometemos erros. A Revolução não erra. O que me preocupa é que estamos sentados sobre um barril de pólvora. A situação como está, não pode continuar. Se quisermos permanecer no Poder, temos que fazer alguma coisa. Imediatamente. Alguém tem sugestões a dar?

Quase todos, já viciados pelos longos anos de soluções de força, encaminharam sugestões muito parecidas:

— Sugiro que aumente-se a Repressão e acione-se a pena de morte.

— Sugiro o fechamento do Congresso e o fim dos partidos.

— Sugiro que se censure a imprensa, e só a liberem quando pudermos dar boas notícias.

Foi aí então que Golbery, o sábio, saiu de seu canto e apresentou sua sugestão:

— Sugiro que se proponha uma abertura democrática.

A proposta de Golbery semeou o pânico entre os demais revolucionários.

— O quê? Abertura democrática? A essa altura do campeonato? Você ficou maluco? Democracia? Agora? Com a gente no meio dessa crise? Nem pensar... Se não demos democracia nos anos do milagre, agora é bom nem falar... desista...

— às vezes suspeito da inteligência de vocês, observou Golbery, superior. — Arimatheia, vá ao povo, aproxime-se, mostre-se simpático, confiável, e prometa democracia. Feito isso, autorize a realização de greves.

Os outros membros da reunião se entreolhavam sem acreditar.

— Endoidou, o homem endoidou. Greve? Você disse greve? Nesses dias de crise? Tá maluco. Passamos todos esses anos dizendo que greve era coisa de comunista, subversão, desmantelamos os sindicatos, baixamos o cacete nos grevistas e agora vem você pedir para autorizar as greves?

— Depois das greves, Arimatheia — continuou Golbery — prometa anistia.

— Anistia? do que você está falando? O que você quer dizer com a-nis-ti-a? O retorno daquela cambada de subversivos? Para conviver com a gente novamente? Não acredito. Suponho que você esteja querendo anistiar só os mortos, não?

— Não. Vamos anistiar todo mundo, bem, quase todo mundo.

— Bem, assim está melhor. Espero que Brizola, Arrais, Prestes, fiquem de fora.

— Negativo! São esses justamente que devemos trazer de volta.

Os revolucionários de fevereiro, batiam a cabeça. Cada vez entendiam menos.

— O que está se passando com esse homem?

— Golbery, você está se sentindo bem? Sua memória como vai? Você lembra que passamos mais de dez anos pichando esses caras? Lembra-se que os responsabilizamos por tudo o que aconteceu em Laranjeiras?

— E o que aconteceu em Laranjeiras? — continuou Golbery, sem dar atenção aos seus companheiros. — Vamos Arimatheia. Vá anotando aí o que devemos fazer. Depois de tudo isso, proponha o pluripartidarismo.

— Pluri o que? — berrou um não. Prá mim chega. Vou morar no Paraguai. Já não malhamos de todas as maneiras o pluripartidarismo? Não acabamos com ele em 65? Não, Golbery! Você precisa procurar um psiquiatra!

— Tem certeza que está do nosso lado, Golbery? — indagou outro — às vezes penso que você virou espião da Oposição. No meio de uma crise dos diabos, sugere abertura democrática, greves, anistia, volta dos exilados, pluripartidarismo, o que mais? Você não vê que assim estamos voltando à situação de 64, que tanto combatemos?

— Estamos? Então, ótimo! concluiu Golbery — era aí mesmo que eu queria chegar. Será que vocês não perceberam? Com a volta do clima de 64, teremos um ótimo pretexto para começar tudo novamente!

E deixou a sala com um ar triunfal, enquanto seus companheiros começavam a traçar os planos para a Revolução".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Creio que hoje é uma boa oportunidade para que nós possamos traçar um paralelo a respeito da atual administração estadual e da administração federal, envolvendo exatamente aspectos que interessam o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

Ainda há pouco, ouvíamos no Pequeno Expediente, o nobre Deputado Antônio Facci fazer referência à construção da tão sonhada Ferrovia da Soja. Creio que para nós, paranaenses, é importante destacar com a volta do Governador Ney Braga à chefia do Executivo estadual, o Paraná conseguiu reconquistar posições no âmbito federal, posições essas que refletem-se em termos de obras indispensáveis ao desenvolvimento do Estado do Paraná.

Vejam os Srs. Deputados Estaduais, que após Ney Braga haver assumido o Governo do Estado, três excelentes notícias o Paraná já obteve do Governo Federal. A primeira é exatamente a construção da Ferrovia da Soja.



A Ferrovia da Soja tão sonhada pelos paranaenses, tão decantada pelos homens do Oeste e do Sudoeste do Paraná. Aqui mesmo nesta Casa, diversos Deputados fizeram inúmeros pronunciamentos, pedindo do Governo Federal, medidas efetivas para que fosse construída a Ferrovia da Soja, para dar escoamento à custo mais barato, da intensa produção agrícola, do Oeste, do Centro e do Sudoeste do Paraná. Mas também para servir de ponto de apoio à construção da usina de Itaipu em Foz do Iguaçu. Eu me recordei, e acompanhei pronunciamentos feitos por Deputados dos dois partidos nesta Casa. Pronunciamentos realizados no Congresso Nacional e destaque com muito prazer, inúmeros pronunciamentos proferidos pelo eminente Deputado Federal, Norton Macedo, solicitando a construção da Ferrovia da Soja. Eu mesmo tive a oportunidade, aqui neste plenário, logo no início do meu primeiro mandato, de fazer também, desta tribuna, o meu apelo para que a Ferrovia da Soja fosse construída.

Recordo-me que as associações comerciais e industriais do Paraná, manifestaram-se neste sentido. Os matutinos, o "Estado do Paraná" e a "Gazeta do Povo", fizeram inúmeros editoriais, pleiteando e reivindicando para o Paraná, por uma medida de justiça, a construção da Ferrovia da Soja. E infelizmente o Governo Federal não a fez, até esta data. Ouvidos moucos à reivindicação tão justa do Paraná. E o Governador Ney Braga, tão logo assumiu este Estado, providenciou um anteprojeto da construção da Ferrovia da Soja, foi à Brasília e com toda a sua autoridade de Líder político incontestado, no Paraná e no Brasil, conseguiu para os paranaenses, mais esta vitória. Mas não é só na Ferrovia da Soja que o Paraná está sendo beneficiado pela atual administração do Presidente João Figueiredo. Nós vimos há poucos dias, e tive o prazer de presenciar, o anúncio do Governador Ney Braga, de que o Presidente da República havia concedido à COPEL, empresa que é o orgulho dos paranaenses, a concessão para a construção da Usina de Salto Segredo, no Rio Iguaçu.

O Sr. Antônio Facci — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento). — Nobre Deputado Luiz Alberto, muito me honra, Vossa Excelência ocupar o Grande Expediente, nesta tarde, para responder um "pinga fogo" feito por este Deputado, há pouco mais de dez minutos. O que procuramos fazer, naquela oportunidade, foi chamar realmente a atenção desta Casa e de todos os homens com responsabilidade, principalmente na esfera federal, representando nosso Estado, para as diferenças de tratamento existente entre o nosso Estado, o Paraná, que contribuiu com dezessete por cento da produção agrícola nacional, e outras regiões brasileiras, especificamente a Região do Nordeste, que tem recebido benesses extraordinárias do Governo Federal, enquanto nós aqui, para se conquistar, por exemplo, a Ferrovia da Soja, tivemos que lutar durante longos e tenebrosos anos. E quero crer mesmo, Sr. Deputado, que a motivação maior, para a construção desta ferrovia, não tenha sido os clamores desta Casa ou do laborioso povo da Região Oeste e Sudoeste do Estado nem tenha sido a extraordinária produção de soja e trigo dessa região paranaense. Mas, como afirmou o Sr. Ministro dos Transportes, em entrevista à imprensa nacional, foi visando principalmente a propiciar ao Paraguai um escoamento de sua produção, uma ligação sua com o Atlântico.

Veja, portanto, Sr. Deputado, que a nossa preocupação tem realmente razão de ser.

Está aí o Sr. Governador Ney Braga que, conforme palavras de Vossa Excelência, tem plenas condições e total entrosamento com o Governo Federal. E nós até acreditamos nisso. Porque, Sua Excelência, de 60 para cá, tem ocupado os mais diferentes postos na administração federal: foi Ministro da Educação, por exemplo. E Vossa Excelência sabe que o nosso Paraná, a nossa juventude sangra, mensalmente, para pagar suas mensalidades nas nossas universidades. E é um dos poucos

Estados brasileiros que não recebeu, nestes últimos anos, pelo menos mais uma universidade federal em seu território.

E é nesse sentido e em tantos outros, que estamos a reivindicar.

Disse há pouco, Sr. Deputado, que até estradas federais foram, ou estão sendo, pavimentadas com recursos estaduais. E uma delas é a estrada Campo Mourão-Pitanga, agora paralisada.

Vossa Excelência faz referência à Salto Segredo. É verdade, o Ministério de Minas e Energia concedeu permissão para que o Paraná construa, com seus próprios recursos, enquanto aplica bilhões de cruzeiros na construção de Itaipu, sem que o Paraná receba, sequer, qualquer kilowatt de energia.

É hora, Sr. Deputado, que o Paraná se posicione, realmente, como Estado, sem esta coisa de "primo rico" da Federação, para poder alcançar, pelo mínimo, um pouco do que temos dado a este País, com suor, lágrima e até sangue, de nossa gente.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concordo, em parte, com Vossa Excelência quando diz que o Paraná não deve se posicionar como "primo rico", quando, na verdade, vivemos num Estado onde a agricultura é rica mas o agricultor é pobre. Não podemos, realmente, nos posicionar como "primo rico".

Agora, gostaria de discordar das colocações feitas por Vossa Excelência, porque Vossa Excelência sabe que o Plano Governamental que está nesta Casa, encaminhado recentemente, pelo Orçamento Plurianual de Investimentos, estabelece, por exemplo, planos especiais para algumas regiões carentes de nosso Estado. Como é o caso de uma ação especial no Litoral, na Ribeira, no Vale do Tibagi, no Iguaçu e em Foz do Iguaçu.

Creio que o Governo Federal tem usado, com relação ao Nordeste, também esta política, de dar recursos ao Nordeste visando corrigir o equilíbrio regional.

Mas, creio que Vossa Excelência há de concordar comigo que, no atual período governamental, nós paranaenses, devemos nos orgulhar desse bom entrosamento com o Governo Federal e Estadual, que está concretizando as obras necessárias ao nosso Estado. De tal forma que libera o Orçamento do Estado para aplicação em outros setores tão importantes da economia paranaense, visando, exatamente, propiciar um aumento real da renda "per capita" paranaense para que não possamos ter que chegar a esta tribuna e confirmar o que Vossa Excelência disse que somos um "primo rico" da Nação brasileira, ou pelo menos, nos apresentamos como tal.

Creio que Vossa Excelência não conseguiu entender o meu posicionamento. A Ferrovia da Soja, pelo menos para nós paranaenses, é uma medida de justiça do Governo Federal.

Creio que o Governo Federal ao construir a Ferrovia da Soja está como uma medida compensatória, retribuindo ao Paraná, tudo aquilo que o Paraná tem feito ao Brasil, em termos de exportação, em termos de confisco de café, em termos de alagamento de áreas fertilíssimas que o Paraná irá perder.

Mas, o que gostaria de posicionar a Vossa Excelência e a esta Casa é que ninguém haverá de desconhecer que, em torno dessa luta que mobilizou todo o Paraná, há um homem que, praticamente é um divisor da política do Paraná, o Governador Ney Braga, que conseguiu, com toda a sua equidade, com o seu reconhecido trânsito na esfera federal, esta obra que todos nós paranaenses ansiávamos.

Este é o posicionamento do meu discurso.

O Sr. Antônio Facci — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Apenas para que me posicione, nobre Deputado, quando Vossa Excelência faz referência a que nós deveríamos conhecer o plano plurianual de investimentos, encaminhado por Sua Excelência o Sr. Governador Ney Braga, a esta Casa.

Nem este Deputado, nem a bancada do MDB, nem a aguerrida bancada da ARENA foi citada uma vez só, por Sua Excelência o Sr. Governador, num programa que fez em rede estadual de televisão, programa este que sabe Deus quanto custou, quando dizia nesse programa, Sua Excelência, que, houvera consultado os mais diferentes setores da sociedade paranaense. Falou em candidatos, falou em associações rurais, mas não falou em um momento sequer, em Deputados, como se o Poder Legislativo, existisse, apenas para homologar este plano, e não para opinar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência incorre num equívoco. Os Deputados receberam mensagem em seu gabinete, estão recebendo um exemplar, cada Deputado, em seu gabinete, então, se Vossa Excelência tiver o cuidado de ler a exposição de motivos, concordará comigo; por outro lado, posso afiançar a Vossa Excelência que, o Professor Vesperto Mendes, Secretário do Planejamento, está à disposição desta Casa, não só dos Deputados da ARENA, seu partido, mas também, à disposição dos Srs. Deputados do MDB, dos nobres companheiros do MDB, para discutir largamente o orçamento plurianual e o programa de ação governamental; posso afiançar também a Vossa Excelência, que o Governo do Estado está à disposição desta Casa, e julgo inclusive de bom alvitre que a Presidência desta Casa convide Sua Excelência o Sr. Secretário do Planejamento, Professor Vesperto Mendes, a que venha a esta Casa fazer uma exposição detalhada do plano de ação governamental do Sr. Ney Braga.

Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando o meu pronunciamento, de fazer referência também de uma maneira particularizada, a outra vitória que o Governo do Estado do Paraná conseguiu junto ao Governo Federal, que é a exploração, em escala industrial, da Usina de Exploração do Xisto, em São Mateus do Sul. O Governo Federal fará, no Paraná, um investimento superior a um bilhão e seiscentos milhões de dólares para a exploração do Xisto, com resultados benéficos diretamente voltados à economia de São Mateus do Sul, e também resultados benéficos, indiretamente voltados à economia do Sul do Paraná, que precisa ser cada vez mais ativado. Tenho, portanto, a alegria de compartilhar o sentimento que, tenho certeza, os brasileiros do Paraná têm pelo Governador Ney Braga e pelo Presidente Figueiredo, quanto a estas três grandes vitórias que o povo do Paraná soube conquistar, com a Liderança do Governador Ney Braga; a construção da tão sonhada Ferrovia da Soja, a construção da Usina de Salto Segredo, que irá fazer com que a COPEL seja definitivamente uma das maiores empresas geradoras de energia, para que nós não tenhamos que ficar, hoje no Paraná, que tem no seu potencial energético uma das suas maiores fontes de riqueza, não tenha que ficar na situação em que se encontra; apesar de ter esse potencial a ser explorado, o Paraná infelizmente ainda hoje, compra praticamente setenta por cento da energia que precisa para o seu desenvolvimento em outros Estados da Nação brasileira.

Nós haveremos, com a construção, com o término da Usina de Foz do Areia e com a implementação definitiva da Usina de Salto Segredo de conseguir fazer com que o Paraná seja auto-suficiente na matéria de geração de energia e com isso economizarmos uma virtuosa soma de recursos que dará não só para pagar os investimentos feitos com a construção da Usina, mas, por exemplo, financiar toda a rede estadual de educação no Paraná.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Inicialmente, quero agradecer a Vossa Excelência o aparte que me concede e queria dizer de que concordo plenamente com Vossa Excelência, que a tão propalada Ferrovia da Soja foi uma vitória do Estado do Paraná. Mas também queria dizer a Vossa Excelência de que é muito pouco ainda pelo que o Paraná representa dentro do

contexto nacional, tão somente esta conquista da Ferrovia da Soja. Porque é uma luta que vem de muitos anos, e eu que sou da Região de Campo Mourão...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência cita apenas a Ferrovia da Soja. Também a exploração do Xisto e também a construção de Salto Segredo.

O Sr. Darcy Deitos — Chego lá, eminente Deputado. Mas, dizia que é pouco porque sou da Região de Campo Mourão, que por mais de vinte anos aquela região que é uma das regiões agrícolas mais promissoras deste Estado, que possui a maior cooperativa do Estado do Paraná e a segunda do Brasil, pela pujança da sua produção agrícola daquela região...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Campo Mourão é uma das regiões mais produtoras, não mais promissoras, mais produtoras.

O Sr. Darcy Deitos — Há mais de vinte anos que todas as lideranças daquela região vêm se debatendo para que tenhamos o nosso terminal ferroviário em Campo Mourão. E não vimos menção nenhuma desse Governo para que reivindicasse aquela obra lá para aquela região. Campo Mourão é distante de Maringá setenta e poucos quilômetros e mais cento e cinqüenta de Cascavel. E aqui, nesta Casa, no mês de março, fizemos um requerimento, fizemos um pronunciamento a respeito pedindo que se enviasse um memorial ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes para que incluísse o terminal ferroviário de Campo Mourão, ligando Maringá-Campo Mourão, com Cascavel sendo interligada com a Ferrovia da Soja.

Porque Vossa Excelência fez menção de Itaipu, mas quero que Vossa Excelência saiba que Itaipu tem o seu terminal ferroviário hoje sediado em Maringá. É lá em Maringá que Itaipu tem o seu terminal ferroviário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Tenho conhecimento, nobre Deputado.

O Sr. Darcy Deitos — E por que não ativar-se a construção daquele trecho de duzentos e vinte e poucos quilômetros? Então, como dizia eu, é pouco pelo que o Paraná representa dentro do contexto brasileiro pela sua produção agrícola, que é de vinte e cinco por cento de toda a produção nacional, e de tudo aquilo que o Brasil exporta hoje, de cada cem dólares, dezessete.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Concordo com Vossa Excelência, nobre Deputado. Acho que o Paraná tem outras lutas a lutar e outras batalhas a vencer.

O Sr. Darcy Deitos — ... Não podemos nos vangloriar por esta pequena conquista, diria eu. Porque falta muito para que este Estado seja reconhecido pelo que ele representa. E também, queria dizer a Vossa Excelência de que a exploração do Xisto, nada mais faz o Governo Federal, do que justiça para que acabemos com esta importação de oitenta e cinco por cento de todo o petróleo que hoje consumimos dentro da Nação brasileira. Deveria ter sido ativada já anteriormente, e não tão somente agora. Mas, eminente Deputado, também queria dizer a Vossa Excelência de que continuo esperando que o Governo Ney Braga, que ele prove ao Paraná e prove ao Brasil, de que realmente é um grande administrador, porque até agora, para mim não provou nada. E nem provou nada quando foi Ministro da Educação brasileira e que relegou a segundo plano a federalização das Universidades de Ponta Grossa, Maringá e Londrina, que o Paraná inteiro está por clamar por esta grande injustiça; porque tinha poderes para fazê-lo e não o fez.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência faz referência ao que o Governador Ney Braga, não fez. Mas não faz referência àquilo que fez. Então, portanto, o aparte de Vossa Excelência é um aparte totalmente tomado pela paixão partidária.

Enquanto que eu, estou na tribuna é para falar de conquistas que o Paraná está obtendo. Vejam os Srs. Deputados, a importância que representa, por exemplo, a concessão da

Usina de Salto Segredo à COPEL; nós conhecemos a população que gira em torno de uma construção de uma usina. Nós teremos o término da construção de Foz do Areia no Paraná, no ano de 1.980. São mais de quarenta e cinco mil pessoas que vivem em função dos empregos diretos que a COPEL, ou indiretos, propicia com a construção de Foz do Areia.

Com a liberação da construção da Usina de Salto Segredo à COPEL, nós teremos também condições de dar emprego a esta massa humana, que no Paraná a todo ano, precisa cada vez mais de empregos para poder viver uma vida digna de ser vivida. Creio que estas três medidas que o Governo Federal tomou para com o Estado do Paraná, vai propiciar a liberação de recursos do orçamento estadual. Porque me recorde que aqui mesmo nesta Casa, já se chegou a dizer que era hora de dizer um basta à construção de rodovias. E se propôs aqui nesta Casa, mesmo, que o recurso que o Governo do Estado iria obter com os empréstimos internacionais, que naquela tarde nós aprovávamos, um dos eminentes Deputados desta Casa, propôs que aquele empréstimo internacional, ao invés de ser usado na construção de mais mil quilômetros de estradas e rodoviárias, no Paraná, fosse usado, aplicado na construção da Ferrovia da Soja. Ora, vejamos Vossas Excelências como andou bem o Governador Ney Braga, quando ao invés de pedir recursos para aplicar na construção da Ferrovia da Soja, foi empenhado a Brasília, conseguir que o Governo Federal, construa esta obra.

Porque Vossas Excelências sabem que em termos atuais, esta obra vai custar em torno de Cr\$ 26.000.000.000,00. Se nós fizéssemos um paralelo com a construção de estradas asfaltadas e considerássemos o custo médio de uma estrada asfaltada de um quilômetro de estradas asfaltadas, em torno de Cr\$ 3.000.000,00, nós chegaríamos à conclusão de que com esses recursos que serão usados na Ferrovia da Soja, daria para se asfaltar mais de 1.300 quilômetros de estradas.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Vou pedir o aparte a Vossa Excelência antes que Vossa Excelência tenha que encontrar estradas em outros Estado para asfaltar, pela dedução que Vossa Excelência está fazendo.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Gostaria de asfaltar a estrada que o Deputado Darcy Deitos, do MDB, está pedindo, a que vai de Campo Mourão a Iretama.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Vossa Excelência toca num assunto que, evidentemente, é causa de satisfação ao Paraná. E concordo com Vossa Excelência. Realmente, deve haver uma satisfação aos homens do Paraná, por essas medidas anunciadas pelo governo federal. Mas, se essa satisfação vem porque, se vê a concretização de anseios, parece-me que Vossa Excelência está levando para um terreno de muito ufanismo, em pretender posicionar que o Paraná, hoje, está numa situação privilegiadíssima. Discordo de Vossa Excelência. Pelo seguinte: quanto à Ferrovia da Soja não é obra exclusiva do atual Governo. Na gestão passada, Vossa Excelência integrou uma Comissão de Deputados da Região Sul, em que, num memorial, dava-se o caráter de prioridade para essa Ferrovia.

E tem sido, foi inclusive, preocupação de Ney Braga na sua gestão anterior. Então, é uma obra que vem com alguns anos de atraso.

Quanto ao Xisto, quem passar por São Mateus, e Vossa Excelência passa semanalmente para visitar a sua região, sabe que lá estão instaladas obras, inclusive, no Governo Paulo Pimentel asfaltou-se uma estrada para se propiciar o trabalho daquela refinaria.

Então, já vem também com alguns anos de atraso.

Quanto às usinas, ninguém melhor que Vossa Excelência conhece que, no Rio Iguaçu, a ELETROSUL tem predominância ainda. Salto Santiago...

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.** — Infelizmente. E é exa-

tamente esse aspecto que gostaria de deixar bem claro.

A Ferrovia da Soja foi sonhada pelos Deputados Estaduais e Federais. Fiz referência ao Deputado Norton Macedo, como poderia ter feito referência ao Deputado Deni Schwartz que lutou por essa ferrovia.

Eu mesmo fiz pronunciamento, aqui nesta Casa, e inúmeros outros Deputados.

Vossa Excelência sabe, também, que a construção da Usina Protótipo São Mateus do Sul, era uma aspiração nossa que partisse para a exploração para escala industrial. Como Vossa Excelência sabe que a ELETROSUL não tem se comportado bem na exploração de rios de nosso Estado, porque ela gera energia para ser consumida em outros centros, deixando o Paraná na posição de dependência.

Então, o que gostaria de dizer é que, no atual governo, com Ney Braga à frente do Executivo, é que temos conseguido essas vitórias. E isso dá exatamente a condição de estadista do Governador Ney Braga.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Acho, nobre Deputado, que não está havendo vitória, está havendo é uma reação do Paraná.

O Paraná estava perdendo de goleada para outros Estados. E agora se esboça uma reação. Mas, ainda estamos perdendo.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Vossa Excelência está preocupado com a terminologia.

Reação ou vitória. Eu estou preocupado com o efeito que isso trará à economia do Paraná.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento)** — Apenas para dizer que vejo em Vossa Excelência um homem dinâmico e voltado para as coisas do Paraná.

Todas as obras feiras no Paraná, foram feitas, graças a Deus, pelos governos da ARENA.

Passamos, hoje, de uma fase de rodovia para uma fase de tecnologia de ferrovia e fluvial.

Vemos o governo Ney Braga interessado em dar a este Paraná a malha ferroviária necessária e que há de unir a região do soja ao Porto de Paranaguá, pelo transporte mais barato.

Agora, como Vossa Excelência sabe, mesmo Jesus Cristo foi criticado pelos seus algozes. E nós, Deputados da ARENA, haveremos de ser criticados cada vez que assomarmos à tribuna para dizer o que se está fazendo neste Estado.

E o ilustre Líder da Oposição, há de reconhecer que bóias-frias, existem em Ponta Grossa, Londrina, onde as Prefeituras são do MDB. Como se não houvesse bóias-frias no Rio de Janeiro, na Guanabara, onde os Governos são do MDB. Então, "bóia-fria" é um problema nacional que foi criado antes de 64. Então, vêm esses jovens que não querem outra coisa senão criticar e fazer uma demagogia falsa, para, com o seu falso messianismo, dizer ao povo que, o que se aplica em benefício do povo só o é feito, com demagogia!

Continue, nobre Deputado, lutando pela sua região e nós continuaremos admirando-o porque, dentro da ARENA há de ter homens combativos como Vossa Excelência, que, vem dizer o que há no governo, e o que temos feito! E o que estamos fazendo!

Muito obrigado.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Para concluir, Sr. Presidente.

Só gostaria de registrar, para finalizar o meu breve pronunciamento que foi enriquecido pelos apartes dos eminentes Deputados Nilso Sguarezi, Antônio Facci, Darcy Deitos e Gabriel Manoel, de dizer que, a Ferrovia da Soja e a concessão à COPEL, eram indispensáveis ao desenvolvimento do Estado do Paraná. Com isto, está liberado o orçamento plurianual que o Governo encaminhou a esta Casa, para que nós possamos, no Paraná, viver, realmente, um tempo de descon-

centração industrial, com a instalação de indústrias no interior do Estado, para a geração de empregos, mais de 200.000 empregos que necessitamos a cada ano, para que se dê, através de auxílios ao pequeno agricultor, prioridade ao setor agrícola, para que o Governo do Estado realmente atenda a sua meta prioritária que é o auxílio às comunas mais carentes do nosso Estado, para que haja, na verdade, uma prioridade para o desenvolvimento social deste Estado, pois, como o Professor Véspero Mendes afirmou ontem em entrevista à imprensa, não nos interessa apenas o desenvolvimento econômico, interessa, isto sim, a nós que queremos o bem do Paraná, o desenvolvimento econômico que traga frutos reais e imediatos ao desenvolvimento do Homem, portanto, ao desenvolvimento social do Estado.

Congratulo-me com o Governo Federal e com o Governo do Estado, pelas conquistas que o Paraná vem tendo.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança da ARENA, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

É indicado, pelo Sr. Erondy Silvério, o Deputado Gilberto Carvalho.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana passada ocupou esta tribuna, o eminente Deputado Edilson Alencar e, no seu pronunciamento, teceu críticas ao INPS e ao INAMPS, citando, inclusive, números. Quase ao final do seu pronunciamento foi que consegui um aparte e, dada a exiguidade do tempo, prometi ao eminente Deputado que viria a esta tribuna, para responder algumas indagações que o mesmo fazia naquela oportunidade. E, como ele citou vários números, era necessário que os conferisse, para poder responder, também, com números, dado nós hoje aqui comparecermos para trazer as informações.

Lamentavelmente encontra-se ausente o eminente Deputado Edilson Alencar. Mas como já havia anunciado que hoje estaria fazendo este pronunciamento, sei que através das notas taquigráficas o eminente Deputado receberá aquelas informações e as indagações que fez naquela oportunidade.

Venho hoje, não em defesa do INPS ou em defesa do INAMPS, mas venho fazer justiça, justiça às pessoas que desempenham aquelas funções, ao Superintendente do INPS e aos seus assessores. Conheço o Superintendente do INPS de longa data, conheço como homem público, nas funções já desempenhadas.

Vi-me na obrigação, naquela oportunidade, de contextualizar algumas críticas que lhe eram formuladas. E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós temos que lamentar porque quando nós políticos, criticamos a tecnocracia, quando falamos das administrações através dos gabinetes, que é preciso que o administrador conheça mais de perto as necessidades do povo. Hoje, quando nós vemos frente àquela Superintendência um homem com uma vivência administrativa e política, que através das suas andanças por toda a parte deste Estado conhece a necessidade dos contribuintes do Instituto de Previdência e vem dinamizando aquele instituto com as melhores das intenções, procurando dar um bom atendimento aos seus segurados, não justifica as críticas que recebe e que não têm fundamento.

Conheço muito bem o Deputado Edilson Alencar, as suas intenções, como moço capaz e interessado, de que tudo se encaminhe bem. Interessado pelos municípios que representa. Mas, neste caso especialmente está sendo usado o eminente Deputado; usado por aqueles que às vezes são convidados para ocupar uma função pública num cargo de confiança e que acham que desta função nunca devem sair. E quando são substituídos, então vêm as críticas a seus substitutos. É preciso que se analise porque o eminente Deputado

está mal informado pelos dados que trouxe a esta Casa, e que neste momento, passo a informar.

Dizia ele que o Superintendente, Deputado Cleverson Marinho Teixeira, além de Superintendente acumula mais uma função no Sesi, ganhando aproximadamente Cr\$... 40.000,00 no Sesi. Não é verdade. O atual Superintendente Cleverson Marinho Teixeira é Bacharel em Direito, formado em 62 pela Universidade Federal do Paraná e advogado do Sesi, Serviço Social da Indústria, onde ingressou como empregado em 1.959, estando atualmente, à disposição da Federação da Indústria do Estado do Paraná, percebendo Cr\$ 16.477,00, como assessor jurídico.

Em 18 de maio de 1.979, tomou posse como Superintendente Regional do INPS no Paraná, com o Cargo LT-DAS. 111.3 com salário de Cr\$ 52.806,00.

Quanto ao outro cargo, que ele fez referência, o mesmo não existe, e creio que seja uma imaginação ou maledicência.

O Sesi é uma Entidade privada, não estando enquadrado nas vedações previstas na Constituição Federal.

Não existe incompatibilidade de horário, assim como não está caracterizada a acumulação denunciada pelo Deputado.

O Sr. Ailton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Gilberto Carvalho, quero

primeiramente cumprimentar Vossa Excelência pela iniciativa que tem, da tribuna desta Casa, restabelecer a verdade e eu nem diria, fazer a defesa do atual superintendente do INPS, o ex-Deputado Cleverson Teixeira, nosso companheiro de partido.

Vossa Excelência realmente não defende Cleverson Teixeira. Vossa Excelência restabelece a verdade. Vossa Excelência traz a este Plenário, fatos que são inquestionáveis; e ao restabelecer a verdade, Vossa Excelência pratica um ato de justiça e neste ato de justiça está a grandeza da atitude de Vossa Excelência. Parabéns-me com Vossa Excelência Deputado Gilberto Carvalho, pelo seu pronunciamento. E ao mesmo tempo em que empresto aqui a minha modesta solidariedade ao ex-Deputado Cleverson Teixeira, que como companheiro nosso, como amigo nosso, é merecedor desta nossa consideração. E a Vossa Excelência digo tão somente, que as vezes existem reações sob impulso político, reações por interesses contrariados. A essas reações, nós devemos desprezar. Porque devemos ter a verdade como primado superior de nossa atuação política. Meus parabéns a Vossa Excelência e minha solidariedade ao superintendente regional do INPS, Cleverson Marinho Teixeira.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço, eminente Deputado o aparte que Vossa Excelência me oferece, e que na realidade como já frisei no início do meu pronunciamento, não é uma defesa, mas é sim justiça àqueles que trabalham, àqueles que se dedicam e procuram bem desempenhar as funções que hoje desempenham, servindo ao Paraná, como já serviu também, lá na Câmara dos Deputados, representando este Estado.

Mas, disse ainda o Deputado Edilson Alencar que o Sr. Roberto Simões de Hollanda, exerce também um cargo de Secretário Regional de Benefícios DAS-111.2, vencimentos de Cr\$ 44.077,50, mas é, igualmente, funcionário do IPARDES também recebendo vultosa importância, não é verdade.

A situação real do Bacharel em Direito, em 1.961, ex-funcionário do INPS 54/75, onde exerceu diversos cargos e funções. Assessor da Fundação IPARDES, desde 75, onde percebia um salário de Cr\$ 52.654,00.

Em 18 de junho de 1.979, assumiu o cargo em comissão de Secretário Regional de Benefícios do INPS no Paraná, com vencimentos de Cr\$ 44.077,00, com a carga horária de 40 horas semanais, conforme disposição legal.

Para compatibilizar a sua jornada de trabalho, teve seu contrato com a Fundação IPARDES, reduzido para dez horas semanais, com conseqüente redução proporcional de salário, passando a perceber Cr\$ 13.163,40, mensais.

A Constituição Federal não veda a acumulação de cargo público com emprego em Fundações.

A situação funcional está amparada na Constituição Federal, art. 99, no Decreto Lei 900/69, e Portaria 142/70 do DASP, que lhe é permitido.

Preceitua ainda o Decreto-Lei n.º 929, de setembro de 1.979, artigo 3.º, que não constitui entidades de administração indireta as fundações, em virtude de lei federal, aplicando-lhes, entretanto, quando recebem subvenções ou transferências de contas de orçamento da União, supervisão ministerial de que trata o artigo 19 e 26, do Decreto-Lei n.º 225, de fevereiro de 1.967.

O Sr. Osni Rodrigues de Souza, outra pessoa que também conhecemos de longa data, já tendo dado a sua contribuição em várias repartições do Estado.

Disse também o eminente Deputado Edilson Alencar: "O cargo de Secretário Regional de Planejamento é ocupado pelo Sr. Osni Rodrigues de Souza - DAS-11.2, com vencimentos de Cr\$ 44.077,50, também contratado pela EMOPAR, onde recebe vencimentos de Cr\$ 45.000,00. Tal qual o Sr. Roberto Simões de Hollanda, faz meio expediente no INPS e meio expediente na EMOPAR.

Situação real:

Bacharel em Ciências Econômicas, Contábeis e Direito.

Em data de 17.8.79, foi nomeado para exercer o cargo de Secretário Regional de Planejamento do INPS do Paraná, quando então solicitou à Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR - a suspensão do seu contrato de trabalho, com base no parágrafo único do inciso IX, do artigo 155, da Lei n.º 6636/74.

Percebia, quando funcionário da EMOPAR, Cr\$... 37.860,00, acrescidos de gratificação de assessoramento de Cr\$ 2.500,00, perfazendo um total de Cr\$ 40.360,00.

A acumulação preconizada pelo Sr. Deputado Edilson Alencar, não se caracteriza, pois a partir de sua posse no INPS passou a perceber somente pelo cargo LT-DAS-111.2, o total de Cr\$ 44.077,00.

Dr. Naby Zacarias, disse o nobre Deputado que o Dr. Naby Zacarias foi conduzido para o cargo de Coordenador de Reabilitação Profissional - DAS - 111.1, vencimentos de Cr\$ 33.152,40 - embora funcionário do IBC em Maringá.

Situação real:

Médico formado em 1.945, pela Universidade Federal do Paraná.

Conhecemos bem a dedicação, o trabalho do Dr. Naby Zacarias, desde Maringá, quando participava da vida comunitária daquela cidade, tendo atuação no esporte, no campo social, sempre dedicado à causa pública. Assume hoje as suas funções. Na realidade é funcionário do IBC. Mas, cito, agora, a maneira como ele foi conduzido a este função no INPS, sem qualquer incompatibilidade.

É médico do IBC, admitido em 10 de maio de 1.967, com carga horária de vinte horas semanais, salário de Cr\$... 16.882,00.

Em 27 de agosto de 1.979, assumiu o cargo de Coordenador Regional de Reabilitação Profissional do INPS, no Paraná, LT-DAS-111.1, com carga horária de quarenta horas semanais e salário de Cr\$ 33.152,00.

Desde sua posse no INPS não vem recebendo salário no IBC, aguardando sua transferência de Maringá para Curitiba.

Ademais, por se tratar de médico, sua situação é regular, conforme a própria Constituição Federal.

Nada impediria, e nada impede, que saindo a sua transferência para Curitiba, que ele complete, faça outros horários, além da carga horária do INPS, junto ao IBC.

O Sr. Rubens da Silva Martins, disse também o ilustre Deputado, que, o Diretor do Centro de Reabilitação Profissional já foi indicado e aguarda-se a publicação da Portaria de nomeação, no Diário Oficial da União; o felizmente candidato - palavras do nobre Deputado Edilson Alencar - é o Sr. Rubens da Silva Martins, atual Secretário dos Serviços Previdenciários, DAS-11.2, vencimentos de Cr\$ 44.077,50, que acumula o cargo de Chefe do Serviço Médico da Prefeitura de Curitiba. Médico formado em 1.948, também pela Universidade Federal do Paraná, é médico da Prefeitura Municipal de Curitiba, com carga-horária de vinte e quatro horas semanais, e salário de Cr\$ 14.373,00; em 1.º de agosto de 1.978, assumiu o cargo de Secretário Regional de Serviços Previdenciários do INPS no Paraná, LT-DAS - 111.2, com carga-horária de 40 horas semanais, e salários de Cr\$ 44.077,00; em 17 de agosto foi indicado para o cargo de Diretor do Centro de Reabilitação Profissional do INPS do Paraná, estando, portanto, já, sendo médico mencionado; ocupava, na época, uma função no INPS; quando chegou o Superintendente, ele lá se encontrava, deixando aquela função, e passando a ocupar uma outra, não havendo qualquer incompatibilidade. Por se tratar de médico, sua situação é regular, conforme a própria Constituição Federal, tendo sua jornada de trabalho, compatibilizada.

Mas creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a referência do eminente Deputado Edilson Alencar foi baseada no Decreto n.º 71.235, cujo decreto, do ano de 1.972, no seu artigo 12 diz o seguinte:

"O regime de trabalho dos ocupantes de cargos que trata este decreto, será, no mínimo, de quarenta horas semanais, com integral e exclusiva dedicação ao desempenho, às atribuições que lhe são inerentes".

Mas não tinha conhecimento, o eminente Deputado, talvez, que, o Decreto n.º 77.336/76 foi alterado, revogando o Decreto n.º 71.235, e que passou a ter um dispositivo no seguinte teor, no artigo 12:

"O regime de trabalho dos integrantes do grupo, Direção e Assessoramento Superiores, será, no mínimo, de quarenta horas semanais".

Não diz "em dedicação exclusiva".

Eram estas as informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que queria trazer hoje à Casa, e, espero entrar em contato com o eminente Deputado Edilson Alencar, esperando ter atendido e procurando esclarecer, para que ele possa tomar conhecimento e amenizar a sua preocupação com a coisa pública, de que, naquele instituto, o eminente Deputado Cleverton Teixeira, com os seus assessores, e também o Superintendente do INAMPS, vêm desempenhando a contento as funções que exercem, procurando dar tudo de si para que os previdenciários possam ter uma melhor assistência, possam ter um melhor atendimento. Isto é o que nós oferecemos, quando sai um político a ocupar uma função administrativa levando os seus conhecimentos, a melhor usá-los, empregando-os em favor do povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do MDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

É indicado o Deputado Antônio Facci.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quase que despretenciosamente ocupamos, no horário do Pequeno Expediente o "pinga fogo" como é chamado, para fazer uma colocação que entendemos válida, de alertar esta Casa, mais uma vez, para o problema da falta de atenção

do Governo Federal para com o nosso Estado.

Ficamos honrados com a presença do Deputado Luiz Alberto Oliveira usando do Grande Expediente, que veio a esta Casa e à tribuna para colocar a posição como homem do Governo, como que satisfeito pelo que o Paraná tem conquistado na esfera federal, nestes últimos anos.

No entanto, ficamos realmente constrangidos, quando aquele Deputado dizia que tanto este Deputado que está na tribuna quanto a bancada do MDB e esta Casa, deveriam conhecer o Plano Plurianual de Investimentos que está a tramitar no Poder Legislativo, chegado há poucos dias.

E nós fazíamos observação no aparte, que ninguém dos Srs. Deputados tem obrigação de conhecer este plano, porque ninguém foi consultado para elaborá-lo. Tanto assim é, que mais ou menos há vinte dias, ocupamos esta tribuna para fazer a cobrança do Sr. Governador do Estado, que ao ser nomeado, dizia que queria governar de mãos dadas com o Poder Legislativo.

E nós entendemos que governar de mãos dadas com o Poder Legislativo, não é usar de sua maioria esmagadora, como rolo compressor. Governar de mãos dadas com o Poder Legislativo é, acima de tudo, ao elaborar o seu plano de governo, ouvir os representantes populares. Tanto é, Sr. Presidente, que não podemos nunca nos calar, ao ver um Plano Plurianual de Investimentos, da mais alta importância para os destinos deste Estado, porque é no investimento que se faz agora é que vamos ver o Paraná do futuro, bem ou mal desenvolvido sem que os Senhores Parlamentares sejam consultados.

Agora está aí e temos noventa dias para votar. E eu pergunto: Quais as modificações que na atual Legislação Brasileira o Poder Legislativo pode fazer nos planos de leis vindos, principalmente orçamentários, vindos do Poder Executivo estadual? Nenhuma.

E é por isso que conclamo a importância da participação do legislador na elaboração do Plano Orçamentário, e não apenas na homologação dele nesta Casa de Leis.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Antônio Facci, voltei a este Plenário para poder continuar o diálogo tão agradável com Vossa Excelência, nesta tarde. E para discordar também, com toda a liberdade.

Porque o plano do Governador Ney Braga foi amplamente discutido em inúmeras ocasiões. Não especificamente nesta Casa, mas Vossa Excelência tem conhecimento que os Prefeitos e todos os Prefeitos do Paraná, da ARENA e do MDB, foram reunidos na Secretaria de Planejamento em conclusões das micro-regiões, para que levassem até as autoridades responsáveis pela elaboração do Orçamento Plurianual de Investimentos, todas as suas reivindicações.

Posso assegurar a Vossa Excelência que participei de diversas reuniões, que tive oportunidade inclusive de fazer algumas sugestões que, estas reuniões foram abertas aos Parlamentares dos dois partidos e foram organizadas através da FAMEPAR, reunindo Prefeitos da ARENA e do MDB.

Cobrava-se nesta Casa o Plano de Ação Governamental, já que no início do seu mandato, eleito que foi pelo Governador Ney Braga, apresentou o seu "Plano Diretrizes para a Ação Governamental". Cobrava-se agora o Orçamento Plurianual, onde ele iria consubstanciar com dados os planos que havia oferecido no início do seu período administrativo.

Ele não o fez antes, nobre Deputado, não só porque tivesse um prazo até este mês de setembro para apresentar seu orçamento plurianual, mas sobretudo porque ao longo desses meses em que Sua Excelência é Governador, houve uma ampla consulta a todos os segmentos da sociedade paranaense.

Eu posso mesmo dizer a Vossa Excelência, que tenho lido no jornal, diversas viagens, por exemplo, do Secretário do

Planejamento, Professor Véspero Mendes a Londrina, onde discutiu com Prefeitos dos dois Partidos, por exemplo, o plano do Governador do Estado, e provavelmente os recursos estão dentro do Orçamento Plurianual. . .

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — A cobrança que nós fazemos, Deputado Luiz Alberto, exatamente é nos desrespeitos que se tem com esta Casa.

Porque, se o Senhor Secretário do Planejamento pode deslocar-se a Londrina, Maringá, e ao interior do Estado para ouvir os Srs. Prefeitos que representam as suas comunidades para ouvir entidades de classes, porque então, o Sr. Secretário do Planejamento não se dignou sequer ouvir um Deputado de cada bancada, oficialmente? Porque ele aqui não veio. E se Vossa Excelência foi chamado a discutir o plano, talvez o nobre Deputado se inclua entre a minoria da bancada da ARENA que tem acesso aos planos governamentais.

**O Sr. Luiz Alberto de Oliveira** — Eu não tenho nenhum tratamento preferencial. Posso dizer a Vossa Excelência, e assegurar que as reuniões feitas com os representantes e líderes das micro-regiões do Estado do Paraná, estavam abertas à participação dos homens das duas bancadas.

Fui porque sabia das reuniões, porque recebi convite, como tenho certeza que todos os Deputados foram avisados. Senão convidados. Tenho certeza que os Deputados da ARENA foram convidados, e sei que os Deputados do MDB foram avisados, ao menos pela imprensa.

Mas, eu gostaria de concluir o aparte, e dizer a Vossa Excelência que o plano governamental também não é um plano estático. Vossa Excelência não pode entender como este orçamento plurianual, como um plano que não será modificado.

Creio que inclusive fatores aleatórios da economia paranaense, que ocorrências regionais poderão levar o Governo a adaptar o plano em função de novas circunstâncias.

Pessoalmente, já fiz, após a vinda deste plano para a Assembléia, que contempla cinco áreas mais carentes, para corrigir desequilíbrios regionais, já fiz uma ponderação às autoridades encarregadas, de resolver o problema.

É uma reivindicação da minha região do Sudoeste, que em função da construção de Salto Segredo, de Salto Caxias de Salto Alto Paraguai e do Salto Capanema, terá praticamente 50% da sua área inundada.

Ora, o que o Sudoeste reivindica ao Governo do Estado? Que seja estabelecido um plano especial para compensar o alagamento desta área de terra. Agora, concordo com Vossa Excelência, e digo que isto não é culpa do Governador Ney Braga, quando Vossa Excelência fala sobre o esvaziamento do Poder Legislativo.

Realmente, aí Vossa Excelência tem toda a razão. O que nós precisamos fazer, é lutar por uma Constituição que realmente estabeleça o equilíbrio entre os Poderes.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Nobre Deputado Luiz Alberto, quando procura isentar o Sr. Ney Braga de responsabilidade do esvaziamento do Poder Legislativo, aí eu também não concordo com Vossa Excelência.

Porque o Sr. Governador Ney Braga, como tantos outros Governadores e como tantos outros políticos deste País que deram e dão sustentação ao estado de coisas vigente em nossa Pátria, são co-responsáveis pela situação nacional e principalmente pelo esvaziamento do Poder Legislativo, e o enfraquecimento da classe política em nosso País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós tivemos o cuidado de, ao vir a tribuna, no Pequeno Expediente, dizer que a Ferrovia do Soja era e é importante. Mas, não podemos ficar apenas na conquista da Ferrovia da Soja com recursos federais. É necessário que o ramal ferroviário de Campo Mourão — Maringá, seja trabalhado e lutado para que sua construção se efetive.



É necessária a conclusão da Ferrovia Cianorte-Guaíra, reivindicação muito mais antiga do que a Ferrovia da Soja.

E fiz, em aparte, a colocação que a Ferrovia da Soja, agora, é muito mais importante. E isso deve-se, segundo entrevista do Sr. Ministro dos Transportes, muito mais ao entrosamento brasileiro de permitir ao Paraguai acesso ao Porto de Paranaguá, do que às reivindicações de nossa terra e de nossa gente.

Portanto, Srs. Deputados, estamos na dependência de interesses outros que não os da nossa gente, para que obras sejam realizadas em nossa terra.

Falei das regiões inundadas deste Estado. Regiões que não podem de maneira alguma ficarem desconhecidas. São áreas imensas de terras produtivas; terras que alimentam este Estado, que alimentam o Brasil e que, inclusive, exportam alimentos para o mundo, muito embora a maioria de nossas crianças passem fome. Mas, as nossas riquezas vão para fora. Mas, que fiquem ao menos as nossas pequenas propriedades rurais.

Porque, o Sr. Governador e a Secretaria da Agricultura nada fazem, ou melhor, nada fizeram até hoje, em favor de nossos agricultores. A malfadada Campanha de Erradicação do Cancro Cítrico nada faz em favor de nossa produção cítrica, a fim de que pudéssemos plantar o nosso cítrico ao invés de comprá-lo em São Paulo por altos preços. E não fazem nada, porque o Ministério da Agricultura é dominado pelos paulistas.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado, quero cumprimentá-lo pela brilhante colocação que faz, dizendo que este Poder é relegado a um segundo plano pelo Poder Executivo.

Porque, dentro da atual conjuntura brasileira, o Poder Legislativo praticamente não existe.

O que adianta virem mensagens para esta Casa, para serem examinadas nas Comissões, se elas são aprovadas "ipsis literis" pela maioria que atende aos interesses do sistema político vigente?

Este poder foi, mais uma vez, desrespeitado pelo Chefe do Executivo, General Ney Braga.

O SR. ANTÔNIO FACCI — O aparte de Vossa Excelência veio, realmente, contribuir para melhoria do pronunciamento que faço nesta oportunidade.

Mas, devo dizer, ainda, que o Governador Ney Braga, foi Ministro da Educação, e nossa juventude continua a frequentar bancos escolares, pagando anuidades caríssimas de até Cr\$ 36.000,00. E nada tem feito em favor de nossa gente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, devidamente apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à aprovação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 104/77, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que cria no Município de Toledo, o Distrito Administrativo de São Pedro, com sede e divisas que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e Comissão Especial, por unanimidade. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, neste instante em que estamos expressando o nosso voto favorável a este projeto do Deputado Egon Pudell, criando no Município de Toledo o Distrito Administrativo de São Pedro, aproveitar para o registro nos Anais desta Casa, a nossa estranheza, porque é cantado em verso e em prosa, que este Distrito Administrativo já existia e que fora aprovado por esta Casa.

Porém, o mais importante não é isto, Sr. Presidente. O que nós estranhamos é que este Projeto nº 104/77, foi encaminhado para as diligências reclamadas pelas Comissões específicas que tratam do assunto, em dezembro de 1977, e somente tais diligências foram atendidas em maio de 1979.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que somos daquele município, da região, deixamos aqui esta estranheza de como se demorou para serem atendidas as diligências requeridas pelas Comissões específicas, quase que praticamente dois anos, para que tão somente os dados fossem apresentados e atendidas as exigências regimentais.

Fica pois, esta nossa estranheza, porém também, a oportunidade de registrarmos o nosso voto favorável. Antes tarde, Sr. Presidente, do que nunca, a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

— Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 41/79, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que denomina "Irmã Maria Leônia - Ensino de 1.º Grau", a Unidade Escolar localizada na Quadra 80, do novo loteamento urbano da Prefeitura Municipal de Guaíra. Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 100/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação de Alcoólatras - ARA, da cidade de Arapongas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 116/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria no Município de Faxinal, os Distritos Administrativos de Vila Diniz, São Domingos, Cruzmaltina e Nova Altamira, com as divisas que especifica. Parecer Favorável da Comissão Especial, por unanimidade. Em regime de urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 10/78, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Dr. Cláudio Nunes do Nascimento, MM. Juiz do Tribunal de Alçada. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

#### PROJETO DE LEI Nº 10/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Sr. Dr. CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO, Meritíssimo Juiz do Tribunal de Alçada.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1979.

(a) JURANDIR MESSIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Natural de Irati, neste Estado, o Dr. Cláudio Nunes do Nascimento revelou, desde cedo, pendor para as letras, e inusitada atração para as ciências jurídicas. Assim pois, considerou-se como chamamento natural, à irreprimível vocação, seu ingresso na Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, pela qual se diplomou após curso brilhante, havendo sido na época, um dos mais destacados alunos daquela escola.

Integrou-se mui logo, nos quadros do Poder Judiciário, ao exercer de 1.951 a 1.952 o cargo de Serventuário da Justiça, e, de 1.952 a 1.954, Oficial de Justiça da 2a. Vara dos Feitos da Fazenda Pública da Capital. Viu-se ainda, em 1.954 na função de Promotor Público Interino, e, já no ano seguinte, inscrevia-se provisoriamente, como advogado militante na OAB, Seção do Estado do Paraná.

Sentiu-se realizado, porém, somente quando a 19 de julho de 1.955 foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito Substituto, na Comarca de União da Vitória. Daí por diante, numerosas outras Comarcas puderam contar com o seu valioso concurso dentre as quais, as de Apucarana, Arapongas, Campo Largo, e não tardou que como Juiz de Direito da 1a. Entrância, fosse servir em São Jerônimo da Serra, e, mais tarde em Bela Vista do Paraíso. Promovido a Juiz de Direito da 2a. Entrância, tivêmo-lo como titular das Comarcas de Araruama e de Andará. No primeiro caso, por merecimento e no segundo caso por antiguidade. Vimô-lo guindado, outra vez por merecimento, do cargo de Juiz da 4a. Entrância, em Andará, para o de Substituto da 1a. Entrância em Curitiba, e, em 1.967 por antiguidade, passou para o de Juiz de Direito da 5a. Vara Cível da Comarca da Capital.

De ascensão em ascensão, a que sempre fez jus por seus dotes intelectuais indiscutíveis, ei-lo em 1.970 a ingressar por merecimento, como Juiz do Tribunal de Alçada, de cujo importante órgão judiciário foi Vice-Presidente por vezes inúmeras, assim como Presidente, notabilizando-se aí por seu senso de equilíbrio e alcandorado espírito de justiça.

Autor de obras renomadas, como "Execução Forçada" amplamente debatida em seminários nacionais, e "Teoria Geral do Processo", tem sido insistentemente convidado para realizar conferências sobre palpitantes temas jurídicos. A Câmara Municipal de Curitiba e a Associação dos Magistrados do Paraná lhe renderam homenagens pela excelência das obras publicadas. Recebeu os honrosos títulos de Cidadão Honorário do Município de Andará e de Grande Benemérito da Maçonaria, concedido este último, pela augusta e respeitável Loja Simbólica "Rui Barbosa", de Sertãozinho.

Como representante do Paraná, participou ativamente do Simpósio de Processo Civil, promovido pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil da nossa Universidade Federal; foi patrono em 1.975, da Turma de Direito da Faculdade de Direito de Curitiba, e, em 1.975 foi patrono dos Espadins, da Academia Policial Militar do Guatupê.

Além do mais, é professor de Teoria Geral do Processo, na Faculdade de Direito de Curitiba, e, nesta, assim como na Faculdade de Direito da PUC, é, também, professor de Direito Processual Civil.

Por tratar-se de figura tão eminente, que ilustra e enaltece a Magistratura e as letras jurídicas de nosso Estado, nada mais justo do que a concessão do título de Cidadão Benemérito, do Estado do Paraná ao Doutor CLÁUDIO NUNES DO NASCIMENTO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 10/78

##### PARECER

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Juranir Messias visa conferir título de Cidadania Benemérita ao Excelentíssimo Senhor Doutor Cláudio Nunes do Nascimento.

O projeto nada tem de obstáculo para que possa evitá-lo de inconstitucionalidade, nem há qualquer laivo de injustiça.

O plano de lei confere justo e merecido reconhecimento pelo seu trabalho dedicado à justiça graças a personalidade forte e culta de um magistrado que agora já integra a escalada maior da justiça do Estado, ocupando o egrégio Tribunal de Justiça como desembargador.

O parecer é favorável, pelo que opinamos pela sua apro-

vação.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente;  
FIDELCINO TOLENTINO, Relator.

Rejeitado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 10/78, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

4 Srs. Deputados o aprovam.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam à chamada 32 Srs. Deputados.

Em votação o Projeto de Lei n.º 10/78. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram levantar-se (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se (Pausa).

15 Srs. Deputados o aprovam;

17 Srs. Deputados o rejeitam. Rejeitado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106/78 - de autoria do Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, constituído de área de terras, conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. e SUBSTITUTIVO GERAL da C.T.I.C., por unanimidade.— Aprovado, com Substitutivo Geral.

#### PROJETO DE LEI N.º 106/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de uma área de terras com 07 (sete) alqueires, situada próxima ao quadro urbano da Cidade de Rio Azul, confrontando com terras de José Kava, Teodora Sebastiana de Camargo, Estanislau Klembe e com o quadro urbano, contendo uma casa de morada construída de madeira, coberta de telhas, um depósito, estrebarias e cercas de arame, com um terreno gramado e faxinal, conforme Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças, son o n.º 1.219, de 20 de setembro de 1.941; livro 3/A fls. 24.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1.978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

##### JUSTIFICATIVA:

Imóvel de propriedade do Estado cuja certidão anexamos, que se pretende seja doado ao Município de Rio Azul, será destinado à construção do reservatório de água da cidade, além de, em razão do tamanho de sua área, à construção de casas populares.

Pretende ainda, a Prefeitura, em face da doação, aproveitar parte do terreno para construção de áreas de lazer, bem como um prédio onde deverá funcionar o setor de assistência social — S.O.S.

Os objetivos são os mais justos e necessários, razão pela qual a doação pretendida irá beneficiar grandemente o Município de Rio Azul.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 106/78

**PARECER**

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente projeto de lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Azul, imóvel de propriedade do Estado, que especifica.

Analisando-se a matéria, sob seu aspecto legal e constitucional, nada há que possa impedir a tramitação e conseqüentemente, a sua aprovação por esta Casa.

Quanto ao mérito, a justificativa que acompanha a proposição, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente.

Pela aprovação é o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1.978.

(aa) WALDENÍCIO BARBALHO, Presidente  
MAURÍCIO FRUET, Relator.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI N.º 106/78**

**PARECER**

De autoria do nobre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei n.º 106/78, tem por finalidade doar ao Município de Rio Azul, imóvel que especifica de propriedade do Estado, localizado naquele município.

A justificativa que acompanha a proposição nos convence da sua oportunidade, e em razão de não haver alteração que importe em implicações financeiras que comprometam o Erário Estadual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1.979.

(aa) ERONDY SILVÉRIO, Presidente.  
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

**COMISSÃO DE TERRA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**  
**PROJETO DE LEI N.º 106/78**

**PARECER**

Objetiva o projeto em exame, autorizar a doação ao Município de Rio Azul de área que vem descrita no Art. 1.º, para que o município beneficiado, nesse imóvel, possa construir o reservatório de água da cidade e casas populares.

— Na legislatura passada, embora tenha merecido pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e de Finanças, o projeto de lei em exame teve seu trâmite sustado, na C.T.I.C., na expectativa de respostas da Prefeitura de Rio Azul a indagações que lhe foram endereçadas por proposta do então relator, Deputado Fuad Nacli.

— Com o Ofício 30/79, o Sr. Prefeito Municipal de Rio Azul responde, informando:

- “1. parte da área é ocupada pelo Grupo Escolar “Afonso Alves de Camargo”;
  2. parte, pelo Ginásio Estadual “Doutor Chafic Cury”;
  3. o restante da área está sendo ocupado por intrusos (indigentes), que constroem barracos ou casas, apossando-se ilegal e gradativamente do terreno.”
- O Presidente da C.T.I.C., também relator da matéria, atualmente, decidiu visitar a área especificada no projeto e entrar em contato com os seus ocupantes, constatando:

“a - há doze famílias residindo na área, instaladas em casas próprias ou construídas e oferecidas pela própria municipalidade;

b - tais famílias não são intrusos, como diz o Sr. Prefeito de Rio Azul no ofício antes referido, pois foram fixadas na área pelo próprio Executivo Municipal, tanto atual como anteriores, pois existem famílias ali instaladas há mais de dez anos, como é o caso do Sr. Miguel Ribeiro (casado, oito filhos e com profissão de agregado) e da viúva Maria Trindade dos Santos (três filhos menores e aposentada pelo FUNRURAL);

c - não se trata de famílias de indigentes. Excetuadas,

evidentemente, as de quatro viúvas, todos os chefes de família trabalham como operários, pedreiros ou agregados.”

— Cumpre destacar, ainda, que o Presidente da C.T.I.C. e relator do Projeto n.º 106/78 não se limitou aos contatos já aludidos. Para tratar do assunto reuniu-se em Rio Azul, a 25 de agosto fluente, na residência da Sra. Maria Madalena Pissia de Souza, Vereadora pelo M.D.B., com o próprio Prefeito Municipal, Sr. Leonardo Skalic, e Vereador Júlio Vital Chaves, Presidente da Câmara Municipal.

I Inteirado do assunto como está, entende o relator que não lhe cabe opor-se à pretendida doação, as não se furta, também, ao imperativo de propor alterações que tornem o projeto mais justo e mais condizente com a realidade, ressaltando os direitos das doze famílias já instaladas na área e tornando defeso à municipalidade de Rio Azul a transferência a terceiros da área recebida em doação.

O parecer é FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n.º 106/78, na forma do SUBSTITUTIVO GERAL junto.

**COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**  
**SUBSTITUTIVO GERAL AO**  
**PROJETO DE LEI N.º 106/78**

- Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Rio Azul, o imóvel de propriedade do Estado, constituído de uma área de terras com 07 (sete) alqueires, situada próxima ao quadro urbano da Cidade de Rio Azul, confrontando com terras de José Kava, Teodora Sebastiana de Camargo, Estanislau Klemba e com o quadro urbano, contendo uma casa de morada construída de madeira, coberta de telhas, um depósito, estrebarias e cercas de arame, com um terreno gramado e faxinal, conforme Registro de Imóveis da Comarca de Rebouças, sob o n.º 1.219, de 20 de setembro de 1.941, Livro 3/A, fls 24.
- Art. 2.º - Fica assegurada a permanência, sem ônus financeiro, das 12 (doze) famílias já instaladas, nos locais onde residam ou noutros pontos da área doada.
- Art. 3.º - Fica proibida a transferência a terceiros da área descrita no Art. 1.º, sob pena de retorno do imóvel ao patrimônio do Estado.
- Art. 4.º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1.979.  
GERNOTE KIRINUS.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/78 - de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública o “Albergue Noturno Casa do Caminho de Apucarana”, com sede na Cidade de Apucarana. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 37/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “Albergue Noturno Casa do Caminho” — com sede e foro na Cidade de Apucarana, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

**JUSTIFICATIVA:**

O ALBERGUE NOTURNO CASA DO CAMINHO DE APUCARANA, é uma entidade de caráter beneficente que tra-

balha em favor da população apucaranaense menos favorecida.

Não possui fins lucrativos, mantendo-se com seus próprios recursos e de subvenções de órgãos públicos.

Dado o exposto, conclamamos os Senhores Deputados para o integral apoio a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 37/79

PARECER

De autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpe-  
lini, o presente projeto de lei, tem por finalidade declarar de  
utilidade pública o Albergue Noturno Casa do Caminho, com  
sede e foro na Cidade de Apucarana.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto em tela,  
bem como a documentação inserida no processo, comprovam  
o preenchimento, pela entidade dos requisitos essenciais  
exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora do  
Instituto da declaração de utilidade pública.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL,  
opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente;  
WALDYR PUGLIESI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 60/79 - de autoria  
do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pú-  
blica a "Escola de Educação Familiar Rural de Castro", com  
sede na Cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.,  
por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 60/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "ESCOLA  
DE EDUCAÇÃO FAMILIAR RURAL DE CAS-  
TRO", com sede e foro na Cidade de Castro, neste  
Estado.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publica-  
ção, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1.979.

(a) DÁCIO LEONEL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade  
pública, foi fundada no ano de 1.959, com o grande trabalho  
de idealismo da então consulesa da Holanda no Paraná, Senhora  
Helena Van Der Berg com o decidido apoio do Centro Castren-  
se de Curitiba.

A Escola de Educação Familiar Rural de Castro acha-se  
devidamente legalizada, com seus estatutos registrados em tí-  
tulos e documentos, tendo ainda sido declarada de utilidade  
pública no âmbito federal, consoante a Lei n.º 6.149.

Das mais destacadas tem sido sua participação na vida  
do município, com benefícios ainda a municípios vizinhos de  
Castro, através de diversos cursos que vêm ministrando nas  
áreas de "corte e costura", "trabalhos manuais", "arte culi-  
nária", "pintura em tela, tecidos e gesso", além de outros,  
vem como a manutenção de curso de alfabetização de  
adultos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 60/79

PARECER

1. O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado  
Dácio Leonel, objetiva declarar de utilidade pública a  
"ESCOLA DE EDUCAÇÃO FAMILIAR RURAL DE  
CASTRO", com sede na Cidade de Castro.

2. A entidade que se pretende seja declarada de utilidade  
pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exi-

gências das leis que disciplinam a matéria.

3. Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de  
ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre  
tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer, portanto,  
é pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.979

(aa) GILBERTO CARVALHO, Presidente  
Renato Bernardi, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/79 - de  
autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização  
de plebiscito na área descrita do Município de Céu Azul - para  
consulta sobre a criação do Município de Vera Cruz do Oeste.  
EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 83/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na  
área adiante descrita, pertencente ao Município de Céu Azul,  
a fim de consultar sua população sobre a criação do Município  
de VERA CRUZ DO OESTE.

"— Começa no Rio Xaxim, ponto de encontro da  
linha leste oeste da divisa entre as glebas Rio Quarto  
e Guairacá, seguindo pela referida linha rumo leste até  
seu final, daí segue rumo norte pela divisa entre as gle-  
bas do Rio Quarto e São Francisco até atingir o Rio  
São Francisco Falso Braço Norte, pelo qual desce  
até alcançar a foz da Sanga Barra Funda e por esta  
acima, até a sua nascente de onde por linha seca e  
reta alcança a foz do Rio Xaxim até alcançar o ponto  
de encontro da linha leste oeste das glebas Rio Quarto  
e Guairacá, ponto de partida".

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente;  
FUAD NACLI, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/79 - de  
autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização  
de plebiscito na área descrita do Município de Assis Cha-  
teaubriand, para consulta sobre a criação do Município de  
Tupãssi. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL  
PROJETO DE LEI N.º 84/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na  
área adiante descrita, pertencente ao Município de Assis  
Chateaubriand, a fim de consultar sua população sobre a cria-  
ção do Município de TUPÃSSI.

" — Começa ao norte partindo do Rio Alívio, por li-  
nha seca divisória das Colônias Peruíbe e Pindorama,  
atuais glebas Aleixo e Lambari até o rio Verde ou  
Boi-Piquá; a leste pelo Rio Verde ou Boi-Piquá, da divi-  
sa das colônias Peruíbe e Pindorama acima, até a divi-  
sa da Colônia Pindorama e Terrenos Lopei; ao sul,  
pela divisa da colônia Pindorama e Terrenos Lopei,  
do Rio Verde até a divisa da Fazenda Britânia, por esta  
divisa até o Rio Alívio; a oeste pelo Rio Alívio, da  
divisa da fazenda Britânia abaixo até a divisa das co-  
lonias Peruíbe e Pindorama."

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data  
de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente;  
FUAD NACLI, Relator.

NILSO SGUAREZI — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de São João do Ivaí - para consulta a população sobre a criação do Município de Lunardelli, EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 85/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de São João do Ivaí, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de Lunardelli:

“— Começa no Rio Ivaí no ponto de encontro da linha norte da Fazenda Suíça, seguindo pela referida linha rumo sudoeste até alcançar o Rio Bulha, pelo qual sobe até alcançar a linha norte da Fazenda Lunardelli, e por este rumo sudoeste até alcançar o Córrego Mangueirão, e por este acima até sua nascente, de onde por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Cata-briga, e por este abaixo até alcançar a linha sul da Fazenda Lunardelli, que faz divisa com o Município de Jardim Alegre, deste ponto segue rumo noroeste até alcançar o povoado Pouso Alegre, de onde alcança a nascente do Córrego Guaritá, e por este abaixo até sua foz no Rio Ivaí, pelo qual desce até alcançar a linha norte da Fazenda Suíça, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente;  
AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 86/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, do Município de Salto do Lontra.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 86/79  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante especificada, pertencente ao Município de Salto do Lontra, a fim de consultar a população sobre a criação do Município de Nova Prata.

“— Começa na foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu e desce por este até a foz do Rio Cotegipe, subindo por este até a foz do Rio Borges, subindo por este até a sua nascente de onde segue pelo divisor das águas, fazendo linha de divisas entre os lotes 66A, 67, 70, 71, 72, 77, 75, 76, 80, 66, 104, 78, 105 da gleba 70 FB, seguindo pelas divisas dos lotes n.ºs 72 e 82 da gleba 69 FB, cujos lotes ficarão dentro do território de Nova Prata, até alcançar a nascente do Rio Louco e descendo por este até a foz do Rio Jaracatiá no Rio Iguaçu, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

(aa) JURANDIR MESSIAS, Presidente;

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/79 - de autoria da COMISSÃO ESPECIAL, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita do Município de Cascavel, para a apreciação da proposta de emancipação do Distrito de Cafelândia. EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

COMISSÃO ESPECIAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 87/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Cascavel, a fim de consultar sua população sobre a criação do Município de CAFELÂNDIA, com as mesmas divisas:

“— Começa no Rio Melissa, no ponto de encontro da barra do Córrego Ubiratã, de onde sobe até sua nascente, daí segue por linhas secas e secessivas pelo limite dos lotes n.ºs 188 e 189, da Gleba 10, da Colônia Pindorama, seguindo posteriormente pela divisa entre as Glebas 9 e 10, da Colônia Pindorama até atingir o Córrego Anta Gorda, por este abaixo até encontrar a divisa entre os lotes 50 e 51, da Gleba 8, perímetro “b”, de onde segue pelas divisas entre os lotes 30 e 31, até alcançar a cabeceira do Córrego Bananeiras, por este entre os lotes 66 e 67, da Gleba 8, da Colônia Pindorama, defletido à direita pela divisa dos lotes 145 e 66 e, posteriormente, defletindo para a esquerda, pela divisa entre os lotes 145 e 146, Gleba 8, da Colônia Pindorama, por esta divisa até encontrar o Rio Jesuítas, por este acima até as divisas entre as Glebas 5 e 6, da Colônia Pindorama; por esta divisa até alcançar o Rio Verde ou Boi-Piquá; por este acima até alcançar a divisa entre as Glebas 5 e 7 da Colônia Pindorama, seguindo por esta divisa em sentido Oeste até alcançar o Arroio Silvestre, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre a Colônia Pindorama e Lopei, seguindo pela mesma divisa em sentido Leste até alcançar o Rio Verde e por este acima, até alcançar o Córrego São Pedro e por este acima até a divisa da chácara 118 e por esta até encontrar a chácara 114 e por esta em direção Sudeste até o córrego e por este acima até a divisa da chácara 63 e 62 e por esta em direção a Leste até o Rio Jesuítas e por este abaixo até a divisa da chácara 42 e 41 e por esta entre a chácara 42, 41, 43 e 40 até o Arroio Cental e por este acima, até a PR 14 e por esta em direção Norte até a estrada dos Pinheiros e por esta até o Rio Melissa e por este abaixo até o Córrego Ubiratã ponto de partida”.

Art. 2.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1.979.

JURANDIR MESSIAS, Presidente;  
(aa) NILSO SGUAREZI, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 15/77.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 89/78.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade ao

movimento de paralização de aulas iniciado pelos alunos do Curso de Comunicação Social da Universidade Católica do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a criação e instalação do ensino de 2.º grau nos Distritos de Campo Mourão.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos integrantes do núcleo de formação pró-Comitê de Defesa da Amazônia, a ser criado em nosso Estado.— **Aprovado.**—

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso à Banda Marcial do Colégio Bom Jesus pelas brilhantes conquistas dos títulos de "Campeã Municipal" e "Campeã Estadual de 1.979".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao IPE, em forma de pedido de informações a respeito dos pensionistas.— **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

17 Srs. Deputados o aprovam;

4 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, consubstanciado em pedido de informações, sobre o número de aposentadorias requeridas com os benefícios das Leis n.ºs 6.762 e 7.071.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Itamarati, no sentido de que interceda junto ao Governo Paraguaio, pela libertação do ex-Deputado Domingo Laino.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando informações junto à Secretaria da Educação, sobre a promoção denominada "1.º Campeonato de Truco do Paraná".— **Retirado pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 104/77, 41/79, 100/79 e 116/79;

2a. DISCUSSÃO — do Projetos de Lei n.º 106/78, 37/79, 60/79 e dos Projetos de Resolução n.º 83/79, 84/79, 85/79, 86/79 e 87/79.

Marcando ainda uma sessão ordinária, para a sexta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.º 24/77, 130/77, 35, 81, 84, 85, 86, 88 e 92/79.

Levanta-se a sessão.